

FACULDADE INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FICS

Edésia Aparecida Lisboa de Araújo

**A REDAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: AS
DIFICULDADES ENCONTRADAS POR ESTUDANTES NA
CONSTRUÇÃO DO TEXTO ARISTOTÉLICO**

Assunção - Paraguai

Julho, 2017

Edésia Aparecida Lisboa de Araújo

**A REDAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: AS
DIFICULDADES ENCONTRADAS POR ESTUDANTES NA
CONSTRUÇÃO DO TEXTO ARISTOTÉLICO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais-FICS, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador (a): Maria Aparecida Antunes
Moreira

Guanambi – Bahia
Julho, 2017

Ficha Catalográfica

ARAÚJO, E. A. L.

A redação no Exame Nacional do Ensino médio: as dificuldades encontradas por estudantes na construção do Texto Aristotélico / Edésia Aparecida Lisboa de Araújo. - Assunção, 2017.
111 f. ; 1v.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS), 2017.

“Orientação: Maria Aparecida Antunes Moreira.”

1. Argumentação. 2. Enem. 3. Retórica 4. Redação. 5. Texto Aristotélico. I. Antunes Moreira, Maria Aparecida. II. Título.

AGRADECIMENTOS

É sempre presente a presença dela, minha mãe querida (*in memoriam*). A primeira a ser lembrada com esses agradecimentos, pois foi a mulher sofrida que jamais mediu esforços para que eu estudasse.

Com todas essas dificuldades tive que custear, com meu o trabalho o transporte e todos os materiais para cursar Letras - Português/Inglês em uma universidade pública, custear o curso de especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e agora custear o mestrado em Ciências da Educação, já que em função do trabalho não poderia tentar o *stricto senso* em uma universidade pública.

Para isso acontecer, pessoas são necessárias para nos dar a mão. Assim, agradeço o apoio do meu esposo Renan Novaes por estar sempre disposto a cuidar do nosso pequenino Valentim. À minha sobrinha Josielle Amorim que sempre diz “vai lá e faz, tia, se precisar de mim é só falar”. Agradeço a todos os meus familiares que sempre se orgulharam das minhas ações na área educacional e a meu filho mais velho Pedro que sente orgulhoso da mãe nos seus aperfeiçoamentos.

Agradecer ao PAI celestial por conceder-me saúde para trabalhar e galgar nos horizontes, por ter me agraciado com muita inteligência e discernimento, que mesmo não tendo muita oportunidade na vida, abracei as que a vida me apresentou e fiz o meu melhor, principalmente por àqueles menos favorecidos que precisavam ser ouvidos, compreendidos...

E, por fim, como nada na vida é por acaso, diante de tantas desistências de orientadores, eis que surge uma mulher doce, profissional meiga, cheia de amabilidade, empatia, cuidado... Àquelas pessoas que fazem falta ser a maioria na educação brasileira, marcada no meio acadêmico, em sua maioria, pelo “umbigologismo”. À professora/orientadora Cida, um abraço no coração por todas as mãos dadas neste caminho percorrido.

RESUMO

A decadência numérica das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), divulgadas pelo Inep é de extrema relevância, uma vez que a origem do problema pode encontrar-se no processo de ensino-aprendizagem. Assim, essa pesquisa tem como objetivo de estudo a análise do baixo rendimento dos alunos do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM) buscando elucidar indagações relativas às dificuldades encontradas pelos estudantes na construção das redações do exame. Busca-se apresentar uma natureza qualitativa com aspectos quantitativos nas discussões, preocupando-se em descrever o perfil histórico do texto Aristotélico, conceituando a argumentação nas vertentes da retórica de Aristóteles e Platão, além de analisar dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2014 a 2017 na perspectiva de identificar as causas para os desníveis encontrados nas redações dos candidatos ao ENEM da 3ª série do Ensino Médio dos anos em estudo no que diz respeito às competências norteadoras para a avaliação do texto.

Palavras-Chave: Texto Aristotélico; ENEM; Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

The numerical decay of the grades of Brazilian National High School Exam (ENEM) divulged by the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (INEP) is extremely relevant, since the origin of the problem can be found in the teaching-learning process. This study aims to analyze the low income of the High School students from Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM), seeking to elucidate questions related to the difficulties encountered by the students in essays production. It seeks to present a qualitative nature with quantitative aspects in the discussions, being concerned with describing the historical profile of the Aristotelian text, conceptualizing the argumentation in the rhetoric of Aristotle and Plato, as well as analyzing data released by Inep about exams from 2014 to 2017 in order to identify the causes for the disparities found in the essays of the candidates for the ENEM of the 3rd grade of the High School with respect to the guiding competences for the evaluation of the text.

Keywords: Aristotelian Text; ENEM; Teaching-Learning.

RESUMEN

La decadencia numérica de las notas del Examen Nacional de Escuela Secundaria (ENEM), divulgada por Inep, es extremadamente relevante, ya que el origen del problema se puede encontrar en el proceso de enseñanza-aprendizaje. De esta manera, el objetivo de este estudio es analizar los bajos ingresos de los estudiantes de la Escuela Secundaria del Colegio Modelo Luís Eduardo Magallanes (CMLEM), buscando aclarar las cuestiones relacionadas con las dificultades encontradas por los estudiantes en la construcción de los ensayos. Busca presentar una naturaleza cualitativa con aspectos cuantitativos en las discusiones, preocupado por describir el perfil histórico del texto aristotélico, conceptualizar los argumentos en la retórica de Aristóteles y Platón, así como analizar datos del Instituto Nacional de Estudios e Investigación Educativa. Anísio Teixeira (INEP) de 2014 a 2017 para identificar las causas de las diferencias encontradas en los ensayos de los candidatos para el ENEM del 3er grado de la escuela secundaria de los años en estudio con respecto a las competencias de guía para la evaluación del texto.

Palabras clave: Texto Aristotélico; ENEM; Enseñanza-Aprendizaje.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

1. FIGURA 01: ESCULTURA DE ARISTÓTELES	20
2. FIGURA 02: ESTRUTURA TEXTUAL	28
3. FIGURA 03: COLÉGIO MODELO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	57
4. FIGURA 04: REDAÇÕES DO ENEM	63
5. FIGURA 05: AS MÍDIAS SOCIAIS E A DEPENDÊNCIA DOS SUJEITOS.....	64
6. FIGURA 06: RESULTADOS DAS REDAÇÕES DO ENEM EM 2015....	65
7. FIGURA 07: RESULTADOS DAS REDAÇÕES EM 2016.....	66
8. FIGURA 08: CHARGE.....	71
9. FIGURA 09: SUPORTE PARA A REDAÇÃO.....	78
10.FIGURA10: VISTA PEDAGÓGICA.....	79
11.FIGURA 11: TEXTO I.....	81
12.FIGURA 12: ORGANOGRAMA DE CORREÇÕES.....	82
13.FIGURA 13: TEXTO II.....	84
14.FIGURA 14: EVOLUÇÃO DO IDEB DO ENSINO MÉDIO (2005-2017)	89
15.TABELA 01: LINHA DO TEMPO.....	39
16.TABELA 02: ALUNOS DO CMLEM E O HÁBITO DA LEITURA.....	70
17.TABELA 03: ALUNOS DO CMLEM E SEU PERCURSO ESTUDANTIL.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

1. **GRÁFICO 01:** DESEMPENHO EM REDAÇÃO – CMLEM POR ANO... 69
2. **GRÁFICO 02:** DESEMPENHO EM REDAÇÃO – ESCOLAS
ESTADUAIS 2014.....75
3. **GRÁFICO 03:** DESEMPENHO EM REDAÇÃO – ESCOLAS
ESTADUAIS
2015.....76

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivo geral	15
1.2 Objetivos específicos.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	16
2. MARCO TEÓRICO	18
2.1 Marco Epistemológico	18
2.2 Aporte Teórico	23
2.3 O Texto Argumentativo-Dissertativo: Busca histórica e atual sobre o uso da Argumentação	26
2.4 A Base Nacional Comum Curricular: prelúdio de mudanças, garantia do direito à aprendizagem e implicações no Ensino Médio	37
2.5 Contexto atual do Ensino Médio	44
2.6 Projeto Político Pedagógico: Norteador das ações de uma Instituição Escolar.....	48
2.6.1 Análise e Reflexões sobre o Projeto Político Pedagógico do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Guanambi-Bahia	49
2.6.2 O Projeto Político Pedagógico do CMLEM: Considerações sobre o ENEM	54
3. METODOLOGIA	57
3.1. Área de estudo	57
3.2. Objetos de estudo.....	58
3.3. Métodos.....	58
3.4. Procedimentos Metodológicos.....	60
3.5. Amostra	60
3.6. Instrumento de Coleta de Dados.....	61
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	62

4.1 Vista pedagógica de redações: caminhos para a produção do texto e como ele é corrigido	77
4.2 Os reflexos das dificuldades dos estudantes do ensino médio no IDEB 88	
4.3 Os atores sociais do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães – Contexto Socioeconômico dos estudantes	90
5. CONCLUSÃO	96
6. REFERÊNCIAS	99
ANEXO I	105
ANEXO II	111

“Aquilo que temos de aprender a fazer, aprendemos fazendo”. (ARISTÓTELES)

1. INTRODUÇÃO

Tendo como premissa a ideia de Educação como fator essencial para o progresso de uma sociedade, visto que esta afeta o desenvolvimento de um país, seja no âmbito social ou econômico, constitui-se de extrema relevância a criação e aplicação de políticas públicas que garantam o acesso à formação de qualidade para todos os cidadãos.

É sabido que no Brasil a Educação começou a ter espaço somente a partir de 1940, devido a movimentos sociais que lutavam pela causa. Em 1971, concretizou-se a Lei nº 5.692 que estabelecia as Diretrizes e Bases para o ensino, anos depois a Constituição Federal do Brasil, em seu Art. 205 previu como um direito social de todo o cidadão o acesso a Educação.

De acordo com o Documento de Referência da Conferência Nacional de Educação

A educação de qualidade visa à emancipação dos sujeitos sociais e não guarda em si mesma um conjunto de critérios que a delimite. É a partir da concepção de mundo, sociedade e educação que a escola procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para encaminhar a forma pela qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo. A “educação de qualidade” é aquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Nesse sentido, o ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade. (BRASIL, 2013a, p. 52)

Com vistas à promoção do acesso a formação continuada dos indivíduos foram criadas ações estruturais tidas como políticas públicas direcionadas para a inclusão dos sujeitos no nível superior de ensino, cita-se aqui o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Programa Universidade para todos (PROUNI).

O INEP, em suas premissas básicas, vislumbra o crescimento da produção acadêmica com temas relativos à educação, buscando ainda estabelecer padrões de qualidade nos moldes de ensino. Nessa conjuntura, criou-se em 1998 o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com objetivo de

avaliar o desempenho de estudantes e contribuir com o progresso na qualidade do ensino, metas previstas pelo Governo Federal presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

O ENEM tem se tornado uma das principais maneiras de acesso as instituições de nível superior do país, sejam elas públicas ou privadas, tendo relevância social, pois, possui caráter democrático e inclusivo. Desde que foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no Brasil em 1998, uma das inquietações para efetuar esse exame por parte dos estudantes é a realização da parte dissertativa denominada Redação. Essa prova discursiva bem como a parte objetiva é realizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação com o objetivo de avaliar a qualidade da educação básica nacional do Ensino Médio.

Assim, todos os anos os candidatos se preparam para o temido tema da Redação. Ao acompanhar os resultados dos textos dissertativo-argumentativos ao longo desse período, percebe-se que a maioria dos estudantes não conseguiu tirar uma nota satisfatória para ingressar em um curso na universidade pública.

Partindo desse pressuposto, para que se prossiga com a análise de causas e consequências dos resultados obtidos por estudantes nos Exames realizados entre 2014 / 2017 é necessário que sejam consideradas as competências impostas pelo INEP, no que se refere especificamente a argumentação.

Assim sendo, “na produção de um texto opinativo que aborde uma situação-problema, é desejável que o aluno elabore propostas articuladas e pertinentes à sua visão da questão, bem como argumentos que sustentem seu ponto de vista (competência V do ENEM).” (BRASIL, 2011, p. 61)

Diante disso, evidencia-se a necessidade de discutir sobre a redação no Exame Nacional do Ensino Médio e analisar as dificuldades encontradas por estudantes do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães na construção do texto aristotélico na cidade de Guanambi Bahia no período dos últimos quatro anos (de 2014 - 2017).

A inquietação para desenvolver essa pesquisa perpassa em torno do questionamento sobre as causas das notas baixas do texto aristotélico no Exame Nacional do Ensino Médio. Como recorte local, essa pesquisa será restrita à

cidade de Guanambi na Bahia, especificamente com discentes do CMLEM da rede pública estadual de ensino.

É notório que os estudantes do Ensino Médio do século XXI têm muito acesso à informação, através da rede mundial de computadores, livros, jornais, debates e artigos fontes de conhecimento e reflexão sobre o mundo antigo e contemporâneo. Porém, mesmo com essa oferta de fontes de saberes, a juventude é carente de argumentação. Dessa forma, interessa saber o comportamento e interesses desses jovens nessa modernidade de valores instantâneos e a relação com o processo de escrita.

A realização dessa pesquisa pode conduzir a outras possibilidades de respostas para essa problemática, além de limitar-se à falta de leitura, pode-se mencionar também a maneira como são abordados os assuntos em sala de aula, onde muitas vezes, usam-se métodos falhos e para que se tenha a elaboração de bons textos argumentativos exige o domínio de conhecimentos interdisciplinares. Sendo assim, é preciso que o sujeito domine conceitos como estrutura textual e as técnicas argumentativas para que possa dessa maneira, elaborar um texto argumentativo-dissertativo dentro das normas.

Nessa conjuntura, para a realização deste trabalho de pesquisa busca-se como princípios norteadores os conhecimentos disponíveis na Retórica Aristotélica, uma vez que, incidem sobre métodos eficazes para a produção de textos de cunho argumentativo.

1.1 Objetivo geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as causas da baixa pontuação nas competências do texto aristotélico realizado por estudantes da 3ª série do Ensino Médio do Colégio CMLEM em Guanambi na Bahia nos anos de 2014 - 2017.

1.2 Objetivos específicos

- Descrever um perfil histórico do texto aristotélico e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

- Conceituar a argumentação do ponto de vista da retórica de Aristóteles e Platão, bem como na vertente da adaptação desta feita pelo INEP na prova discursiva.
- Analisar um protótipo de redação do ENEM que obteve nota mil e outro com nota insatisfatória, verificando o desnível dentro de cada competência exigida pelo ENEM.
- Identificar as dificuldades dos/as alunos/as na produção do texto dissertativo-argumentativo do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM);
- Discorrer sobre a condição socioeconômica dos/as alunos, observando as interferências desse aspecto no poder argumentativo explicitado no texto;
- Verificar a influência da tecnologia na vida dos jovens do Ensino Médio.
- Citar a Base Nacional Curricular Comum como norteadora dos conteúdos a serem trabalhados nos componentes curriculares do Ensino Médio, a partir da sua homologação, bem como outros documentos legais inseridos na prática docente do Projeto Político Pedagógico do CMLEM.

1.3 Justificativa

O processo de comunicação requer clareza e objetividade na transmissão de uma mensagem, pois é imprescindível que o leitor/ouvinte compreenda o que lhe é destinado. Assim, essa pesquisa faz-se relevante pelos dados preocupantes ofertados pelo INEP, principalmente nos três últimos anos, no que se refere à nota da Redação do Exame Nacional do Ensino Médio.

Nesta conjuntura, tendo em vista as exigências da contemporaneidade, o ato de ler e escrever são considerados fatores determinantes para a inserção do indivíduo na sociedade. Sabe-se que a leitura fornece ao sujeito informações necessárias a ampliação de seu vocabulário, ao desenvolvimento de sua criticidade, bem como a formulação de argumentação consistente em se tratando principalmente da construção de textos Aristotélicos.

Milhões de alunos do Brasil, das redes pública e privada de ensino, desenvolvem textos argumentativo-dissertativos que não contemplam, em sua

maioria, as competências do ENEM. Competências estas que são fundamentos do texto aristotélico para uma comunicação clara, objetiva e coerente diante de um tema proposto.

O texto argumentativo-dissertativo traduz um conceito ou tipifica uma tese, sendo assim, não pode ser tido apenas como um conjunto de ideias expostas, mas, apresenta e defende uma posição fundamentada em fatos e argumentos, apresentando em seu corpo análise e discussão de determinado tema em foco.

Nesse aspecto, e diante do quadro preocupante de notas baixas e argumentações baseadas no senso comum, a presente pesquisa vislumbra a importância de buscar as causas desse fracasso na Redação de alunos/as inseridos/as em um mundo técnico-científico-informacional.

A importância dos textos de natureza supracitada efetivou-se a partir da criação do ENEM em 1998. O Exame Nacional do Ensino Médio permite ao aluno que tiver bom desempenho o ingresso em Instituições de Ensino Superior, no entanto, o baixo rendimento de estudantes das escolas públicas brasileiras, principalmente em se tratando da elaboração crítica e coesa de textos tidos como Redações, tem sido assunto recorrente em estudos recentes no meio acadêmico.

2. MARCO TEÓRICO

Desde os primórdios de nossa existência a comunicação é fator crucial para o desenvolvimento das relações entre os sujeitos. Dessa maneira, escrever tem sido uma importante ferramenta para a sociedade, visto que, em nosso século a leitura/escrita se fazem presentes em numerosas situações. Nessa conjuntura, saber expressar ideias corretamente e praticar a leitura são fatores que agregam imensurável valor a formação e desenvolvimento do ser humano.

Sob essa égide, é importante apresentarmos epistemologicamente o tema selecionado para a pesquisa, além de expor as ideias de importantes autores que previamente desenvolveram estudos e pesquisas relacionadas à temática do ENEM. Para isso, discorreremos a seguir sobre os pontos supracitados e os demais que se fizerem necessários.

2.1 Marco Epistemológico

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado no ano de 1998 e sua finalidade era avaliar os estudantes que se encontrassem nos anos finais da educação básica, possibilitando dessa maneira o ingresso desses alunos nas universidades públicas e privadas espalhadas pelo país.

O ENEM não possui caráter obrigatório, no entanto, percebe-se que a aderência de estudantes e de universidades a ele vem crescendo a cada edição. De acordo com o Ministério da Educação (MEC) o exame foi criado para avaliar os alunos e conseqüentemente a educação no Brasil, pois, com os resultados alcançados seria possível realizar as mudanças necessárias nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e nas leis educacionais existentes.

É importante lembrar que as primeiras provas realizadas até o ano de 2008 continham 63 questões e eram aplicadas em 01 dia. A partir do ano de 2009 o exame passou a conter 180 questões objetivas e a redação sendo dividida em dois dias de aplicação. A prova se divide, desde então, em 04 cadernos diferentes cada um contendo 45 questões – ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens, códigos e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias, além da redação.

Com a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) que as universidades brasileiras passaram aceitar a entrada de estudantes que poderiam concorrer às vagas disponíveis a partir da inscrição no sistema. As universidades particulares também começaram a permitir o ingresso de estudantes de acordo com a nota obtida no ENEM, através do Programa Universidade para todos (ProUni) o qual oferece bolsas de estudo integrais ou parciais.

Assim sendo, o ENEM busca avaliar as competências do participante e não apenas as informações que estes trazem consigo. Dessa forma, buscando enfatizar a temática desta pesquisa salientamos a importância da redação bem como os fatores que levam o participante a produzir um bom texto. Sob este enfoque, buscamos elucidar questões que seguem voltadas para a retórica Aristotélica e a sua relevância para a construção de textos dissertativo-argumentativos.

A palavra Retórica origina-se do grego *Rhetoriké* “arte da retórica”, e quando se recorre ao dicionário Aurélio da Língua Portuguesa encontra-se como seu significado “o conjunto de regras que constituem a arte do bem dizer, a arte da eloquência; a oratória”. Ao se restringir o conceito de retórica, buscando focar no objetivo da presente pesquisa, nos atemos à ideia de retórica como “a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão”. (ARISTÓTELES, 1988, p.36)

Pode-se considerar que a Retórica, ou seja, quem faz uso de suas premissas, busca exercer a persuasão por meio do discurso. É importante salientar que vencer por meios retóricos significa demonstrar imponência através do uso da argumentação.

Sabe-se que a Retórica se originou na Grécia Antiga devido ao surgimento das relações sociais que ocorriam nas *Polis* (cidades gregas), no século V antes de Cristo e o primeiro tratado retórico foi escrito em 465 a.C. por Tísias e Corax, dois oradores. (MENEZES, 2004)

Porém, o desenvolvimento da Retórica de maneira eficiente deu-se apenas a partir do momento em que Atenas passou a viver sob regime democrático, pois, assim todos os cidadãos poderiam participar das assembleias e reuniões que aconteciam na cidade, no entanto, todo indivíduo era obrigado a justificar sua opinião perante uma plateia. (ROSTOVTZEFF, 1977, p. 190)

Os precursores da Retórica foram os Sofistas “grupo de intelectuais, tidos como sábios que dominavam as técnicas do discurso”, mestres na arte do bem falar. Eles conseguiram elaborar pequenos tratados sobre a retórica, mas foi a partir da obra de um importante filósofo Grego “Aristóteles” que a base teórica da retórica se norteou. (MENEZES, 2004)

Aristóteles nasceu em Estagira, cidade situada no norte da Grécia, no ano de 384 a.c., e morreu em 322 a.c., na ilha de Euboea. Fundou sua própria escola- o Liceu- e foi aluno de Platão, além de ser tutor de Alexandre, O Grande, foi o primeiro a enfatizar o estudo sistêmico das diversas ciências, que no século IV a.c. começaram a surgir separadamente. (ARISTÓTELES, 1988, p. 12)

Figura 01: Escultura de Aristóteles



Fonte: Google Imagens. Disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/aristoteles/>.

Aristóteles ficou conhecido por possuir um espírito enciclopédico, sendo o primeiro a apresentar uma teoria voltada para a argumentação e por esse motivo foi autor de centenas de obras relacionadas com os mais distintos assuntos, dentre os mais imponentes textos de Aristóteles, encontra-se a Arte da Retórica, onde ele conceitua e divide a retórica em categorias, esquematizando as técnicas utilizadas no campo do discurso, com vistas à argumentação e persuasão.

Sendo assim, em consonância com o conceito apresentado acima de acordo com o primeiro livro de Aristóteles (I: 1354a - 1377b) conforme o objetivo em que a retórica venha a ser usada, esta, poderá se classificar em três gêneros:

deliberativa (julgamento de uma ação futura); judicial (julgamento de uma ação passada); e epidítica (não se julgará ações passadas ou futuras).

Tomando-se por base o diálogo, a retórica constitui-se uma técnica de argumentação de suma importância, pois, a troca de informações entre orador e plateia mostra que qualquer que seja o sujeito, poderá refutar as afirmações ditas, e sendo assim, os argumentos utilizados devem ser renovados a fim de que a opinião do falante seja mantida. (ARISTÓTELES, I: 1354a - 1377b)

Pode-se também descrever a Retórica Aristotélica a partir de três domínios, os quais seguem: retórica, moral e verdade. A retórica, a partir dos conceitos e técnicas apresentadas por Aristóteles pode ser usada para o bem ou para o mal, com argumentos que sejam verdadeiros ou falsos, e diante deste contexto, resta apenas à ética como princípio norteador. (ARISTÓTELES, 1988)

Cabe a quem se valer dos princípios deixados por este tão importante filósofo grego decidir como proceder, visto que os valores morais do indivíduo são construídos ao longo de sua existência.

Para Aristóteles (1988), a arte do bem falar, ou seja, o domínio da Retórica só é possível quando o indivíduo possui os conhecimentos e faz uso de suas técnicas. Nessa conjuntura, para que o sujeito tenha poder de convencer determinado público é necessário se valer de estudos prévios, os quais embasarão o discurso que por sua vez o fará ter domínio sobre a realidade.

Sob esta ótica, a Retórica Aristotélica pode ser defendida como a maneira pela qual se exerce a persuasão nos mais variados casos, valendo-se de técnicas e métodos. Para referendar esta afirmação, Aristóteles afirma:

Entendamos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de outra arte; pois cada uma das outras é apenas instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência; como, por exemplo, a medicina sobre a saúde e a doença, a geometria sobre as variações que afetam as grandezas, e a aritmética sobre os números; o mesmo se passando com todas as outras artes e ciências. Mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. E por isso afirmamos que, como arte, as regras se não aplicam a qualquer gênero específico de coisas. (ARISTÓTELES, 2005, p. 95-96)

Todavia, ao saber que a Retórica se constitui a arte que estuda os meios com os quais se chega à persuasão, não se pode esquecer que ela não se refere

apenas a teorias, mas, aquele que conhece suas premissas deve entender como utilizá-las de maneira eficaz.

O domínio da retórica está vinculado ao poder da linguagem, pois, desde os primórdios de seu uso, a Retórica servia como instrumento de persuasão em reuniões e encontros públicos que tratavam dos mais variados assuntos, no entanto, com o passar dos anos se tornou sinônimo da arte do bem falar, deixando de restringir-se a áreas específicas e se adequar a inúmeros contextos. (JÚNIOR, in Aristóteles, 2005)

Com o passar dos séculos a Retórica fomentou a formação de indivíduos capazes de se posicionar criticamente e formular discursos sustentados sob a ótica da argumentação elaborada e rebuscada. Dessa maneira, a Retórica pode ser considerada além das definições artísticas, mas também como uma ciência que fornece métodos adequados para guiar o sujeito na construção de um discurso estruturado.

O seu duplo valor como arte e ciência, como saber e modo de comunicar o saber, faz dela também um instrumento mediante o qual podemos inventar, reinventar e solidificar nossa própria educação. O esforço transdisciplinar que hoje em dia se faz para melhor compreender o papel da retórica e da hermenêutica na crítica do texto filosófico e literário mostra-nos que estas duas áreas do saber intrinsecamente ligadas a essência da *práxis* humana. (JÚNIOR, in Aristóteles, 2005, p. 10)

Aristóteles tendo sido um grande pensador não deixou que a significação imposta à Retórica e aos preceitos atribuídos a ela pelos sofistas, levassem a crer que a oratória seria apenas a arte de enganar. O importante filósofo então passou a definir a retórica como a arte da persuasão, todavia, para que isso ocorresse seriam utilizados meios, tais como o raciocínio lógico. (STIRN, 2006).

Quando Aristóteles publica a obra *Arte Retórica*, disposta em três livros (I: 1354a-1377b, II: 1377b-1403a, III: 1403a-1420b) sua preocupação era trabalhar de maneira que o pensamento racional se fizesse presente em situações cotidianas, e com essa definição de retórica novas vertentes foram criadas voltadas para o campo da argumentação e da persuasão.

Nessa conjuntura, os ideais da Retórica Aristotélica se mantem presentes na sociedade contemporânea, subsidiando as mais variadas situações. A

importância dos conhecimentos retóricos vai desde a possibilidade de estruturar e expor argumentos e ideias, até o relacionamento direto com o público.

Além de fomentar a persuasão através do discurso oral, a retórica também subsidia a linguagem escrita e, sendo assim, o papel desta ciência-arte é procurar em qualquer contexto, o meio de persuasão mais eficaz que leve a uma conclusão irrefutável.

Portanto, os ideais defendidos por Aristóteles são de suma importância para a elaboração de textos dissertativo-argumentativos, tendo em vista que esse gênero textual deve basear-se em argumentos fortes e capazes de convencer o leitor, ou seja, o autor deve fazer despertar no sujeito a aceitação das ideias presentes no texto, tal qual cita Aristóteles quando afirma que a Retórica deve usar de meios que consigam persuadir as plateias ouvintes dos discursos.

2.2 Aporte Teórico

Muitos os estudantes do Ensino Médio no Brasil têm apresentando dificuldades na escrita, como foi constatado ao longo da realização da redação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) desde a sua primeira edição em 1998.

Nos últimos anos no Brasil, segundo a divulgação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas duzentos e cinquenta alunos em 2014, cento e quatro em 2015, setenta e sete em 2016 e cinquenta e três em 2017 conseguiram alcançar a nota máxima de mil pontos estabelecida pelo ENEM.

Para entender melhor esses resultados, faz-se necessário uma compreensão do Ensino Médio no Brasil tendo em vista que o sistema educacional brasileiro sofreu uma reformulação em 1990 com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996).

Nesse novo direcionamento organizacional, o Ensino Médio foi constituído como última etapa da educação básica no país. Em seu artigo 35, são apresentados os objetivos gerais dessa etapa. Dentre esses o terceiro e o quarto apresentam os subsídios necessários para a produção escrita:

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996)

Dessa forma, os objetivos descritos acima exigem dos alunos do Ensino Médio brasileiro ampliar seu repertório de conhecimentos referentes às questões contemporâneas dotando-se de capacitação para enfrentar as intempéries do mundo tecnológico e globalizado, fruto da Terceira Revolução Industrial Técnico-científico-informacional.

Nesse contexto social, o Ministério da Educação apresentou ao país na década de 90 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNEM) para o Ensino Médio, salientando que:

A revolução tecnológica, por sua vez, cria novas formas de socialização, processos de produção e, até mesmo, novas definições de identidade individual e coletiva. Diante desse mundo globalizado, que apresenta múltiplos desafios para o homem, a educação surge como uma utopia necessária indispensável à humanidade na sua construção da paz, da liberdade e da justiça social. [...]

Considerando-se tal contexto, buscou-se construir novas alternativas de organização curricular para o Ensino Médio comprometidas, de um lado, com o novo significado do trabalho no contexto da globalização e, de outro, com o sujeito ativo, a pessoa humana que se apropriará desses conhecimentos para se aprimorar, como tal, no mundo do trabalho e na prática social. Há, portanto, necessidade de se romper com modelos tradicionais, para que se alcancem os objetivos propostos para o Ensino Médio. (BRASIL, 1999, p. 25)

Com todas essas mudanças durante esses anos, a efetivação do propósito abordado nos documentos oficiais ainda é precária na prática pedagógica nas escolas do Ensino Médio do Brasil, como pode ser evidenciado nos resultados do Enem e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos quais os estudantes não contemplaram satisfatoriamente as competências exigidas.

Diante dessa estagnação estatística, o Ministério da Educação nos últimos anos vem analisando dados e buscando possíveis soluções e melhorias na qualidade do ensino nos anos finais da educação básica.

Assim, em 2016 o MEC lança uma medida provisória, visando à reformulação do Ensino Médio no Brasil, sancionada pela lei n. 13.415/2017.

Essa medida objetivou flexibilizar o currículo do Ensino Médio aumentando a carga horária de 800 para 1,4 mil horas, que permite ao aluno dar prioridades aos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular de acordo com a área de formação pretendida.

O histórico de mudanças na educação básica, especialmente no Ensino Médio, não tem sido suficiente para capacitar os estudantes a serem bons organizadores do pensamento dentro de uma sequência lógica, coerente, coesa, objetiva e rica em argumentos dentro do texto exigido no ENEM e vestibulares, o que torna essa pesquisa mais relevante.

Embora o aluno do Ensino Médio possa pensar que o texto dissertativo-argumentativo seja invenção das mudanças promovidas pelo Ministério da Educação nessas últimas décadas, esse gênero foi fixado na sociedade mundial há séculos. Platão e Aristóteles foram os principais filósofos que deixaram um legado na arte de argumentar. “A sua retórica ocupa-se da arte da comunicação, do discurso feito em público com fins persuasivos”. (JÚNIOR, in Aristóteles, 2005)

Assim, o texto hoje cobrado no ENEM e nos vestibulares, o gênero mais temido pelos estudantes, nasce da oralidade, mesmo que a preparação para isso seja feita de forma escrita.

Para Barbosa (1991), dissertar é uma prática cotidiana. Inumeráveis vezes interrogamo-nos dissertativamente, como aponta o autor. Ainda acrescenta, “o pensar é uma prática permanente de nossa condição de homens no mundo, vivendo entre outros homens”.

Recorrendo à neurociência, Pereira (2011) salienta que aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. Assim sendo, um ambiente letrado propicia e estimula o aprendizado através de leituras diversas, o que contribui para o desenvolvimento da construção dos argumentos. Ainda para Barbosa (1991), num sentido mais amplo, todos nós somos dissertativos, pois,

Desde a infância pré-verbal, antes das palavras, já organizamos nosso comportamento, exercitando uma “lógica concreta”, na convivência com as pessoas e os objetos. Nos começos da adolescência já somos capazes de tecer alguns raciocínios hipotético-dedutivos. Depois cresce a capacidade comum a todos nós, desenvolvida ou não de articular inúmeros sistemas abstratos, como nos jogos, como nas operações das ciências exatas. (BARBOSA, 1991, p.85)

Dessa forma, questionar a realidade proposta na maioria dos temas exigidos nos vestibulares e ENEM já é habilidade, neurocientificamente falando, inerente a todos; a menos que o exista algum comprometimento na estrutura dos seus neurônios comprometendo a “habilidade de juntar e transmitir sinais eletroquímicos”. (PEREIRA, 2011)

Infelizmente, a dificuldade na elaboração do texto argumentativo-dissertativo pode estar atrelada a fatores como convivência em ambiente não letrado, o aprendizado comprometido na escola em função da falta de interesse, da motivação social, da expectativa profissional – ou falta dela, da precariedade das fontes de saber, da influência das novas tecnologias e redes sociais, mais baseadas em senso comum e da leitura prazerosa como fonte legítima de ideias.

Ademais, milhares de jovens não dominam a estrutura da língua materna, o que dificulta a organização do pensamento escrito. Essas são possíveis respostas ao questionamento norteador da pesquisa, no entanto espera-se que no decorrer do trabalho ocorram descobertas distintas e pontos de vista dos sujeitos envolvidos diretamente com o processo da escrita, penalizados ou ovacionados pelas competências exigidas no texto dissertativo-argumentativo cobrado no Exame Nacional do Ensino Médio.

2.3 O Texto Argumentativo-Dissertativo: Busca histórica e atual sobre o uso da Argumentação

O texto argumentativo-dissertativo tem como principal finalidade convencer quem o lê, fazer com que o leitor acredite nas informações ali contidas. Para isso, é usual se ter a presença de preposições, conjunções, advérbios, coesão textual, dentre outros elementos responsáveis pela harmonia na construção do texto. É importante que as argumentações utilizadas sejam consistentes a tal modo, pelo qual o leitor passe a defender as ideias defendidas pelo autor.

Desde os primórdios da existência dos seres humanos na terra sabe-se que os problemas eram resolvidos com o uso da força. Contudo, ao passar dos

anos e com o processo de civilização das sociedades, passou-se a utilizar outro recurso que viesse a substituir a força: a Argumentação.

A argumentação pode ser expressa de forma explícita, citam-se como exemplos os discursos, redações e artigos, e de forma quase que imperceptível ao se tratar de obras didáticas e textos do gênero lírico.

Fiorin (2015) admite que a linguagem em qualquer forma que se apresente pode ser concebida como um diálogo quando afirma que todos os enunciados envolvidos no processo de comunicação são dialógicos havendo uma dialogização entre palavras. Pois, para que um discurso seja construído, o enunciatador se baseia em outro discurso já existente e sendo assim todo e qualquer discurso é permeado por discursos alheios.

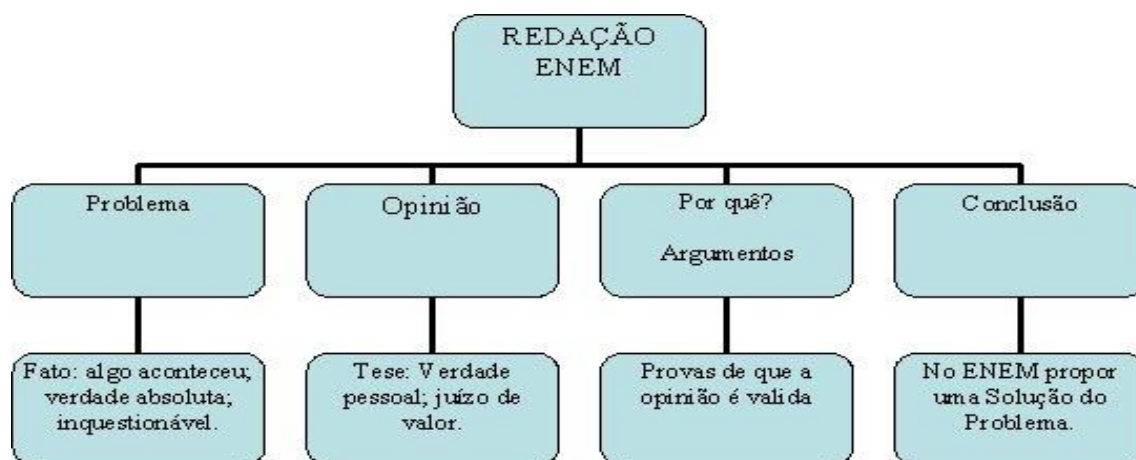
A construção dos discursos se embasa na argumentação fomentada pela pluralidade de sentidos e significados que encontramos nas palavras. Fiorin (2006) atesta que a polêmica existente na criação dos discursos sempre se constitui em oposição a outros. Sendo assim, um termo só completa seu sentido ao passo que é contrastado por outrem.

A riqueza de estruturas que contemplam a linguagem permite que sejam criadas inúmeras outras composições responsáveis pela composição dos variados gêneros textuais, constituídos por uma ortografia rebuscada, que ajudam a sustentar argumentos fortes formadores de opiniões.

Fiorin (2015) afirma que a invenção bem como a formulação do discurso se relaciona a uma espécie de inventário, sobre a qual recorreremos ao criá-lo. Para Aristóteles o inventário ao qual Fiorin se refere é composto por tópicos que se dividem em “lugares-próprios” - compõem um campo específico do discurso - e “lugares-comuns”- que englobam qualquer campo discursivo.

Diante dos ideais supracitados, é válido salientar que a defesa de pontos de vista, o uso da norma culta da língua portuguesa, a seleção de argumentos fortes, são características que constituem uma boa argumentação. O texto argumentativo-dissertativo deve conter pontos que contemplem a discussão, reflexão, o debate e os pontos de vista do autor, sendo organizado em introdução, desenvolvimento e conclusão.

Figura 02: Estrutura Textual



Fonte: Google Imagens. Disponível em: <https://sites.google.com/site/enemchute/redacao/esquema>.

Conforme Leal (2015), quando o aluno desenvolve uma proposta com o intuito de persuadir o leitor, trata-se de um texto argumentativo. No entanto, quando se visa à explicação de ideias em um texto tem-se o propósito de formar opiniões. A junção do texto dissertativo que pressupõe o uso de ideias a serem desenvolvidas e do texto argumentativo que apresenta argumentos passíveis de serem comprovados complementa e fomenta a produção de textos dissertativo-argumentativos.

A importância do texto dissertativo-argumentativo, ou simplesmente, a Redação, está centrada em diversos fatores, mas, podemos citar que os textos são meios de transmissão de mensagens e conhecimentos e a escrita é a maneira de se expressar das quais todos tem direito e acesso.

Desde os últimos anos do ensino fundamental são passados ao aluno os ensinamentos de como se expressar de forma correta através das palavras. É por meio da escrita que desenvolvemos nossa capacidade de raciocínio, conseguindo articular e argumentar coerentemente em um discurso.

Leal (2015) também salienta que por estes e outros motivos às habilidades relacionadas a uma boa produção textual são exigidas de estudantes em espaços distintos, sejam eles acadêmicos ou profissionais, e destaca-se no maior exame avaliativo do país, o ENEM. A produção textual é cobrada durante um longo período no percurso formativo do sujeito, não somente nas aulas de

Língua Portuguesa, mas, em todas as disciplinas, abarcando as peculiaridades de cada uma.

No entanto, é válido salientar que a Redação do ENEM é um gênero específico, o dissertativo-argumentativo e que observa a fundo as competências demonstradas pelo participante. De acordo com o Guia do participante do ENEM 2013 um texto dissertativo-argumentativo:

É fundamentado com argumentos, para influenciar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la. Seu objetivo é, em última análise, convencer ou tentar convencer o leitor, pela apresentação de razões e pela evidência de provas, à luz de um raciocínio coerente e consistente. (BRASIL, 2013, p.15-16)

Desse modo, pode-se considerar que argumentar é fazer uso da própria razão na busca de argumentos que validem ou não determinados assuntos. O início deste tipo de atividade se deu com os filósofos gregos, em meados do século VII a.C. e Aristóteles é considerado o seu precursor, quando analisou aspectos retóricos-dialéticos.

Essa tipologia textual é usualmente cobrada em vestibulares, o ENEM que é nosso foco de estudo também utiliza de textos argumentativos para selecionar participantes. Para Leal (2015) o Exame Nacional do Ensino Médio é um certame ofertado anualmente, seu objetivo é avaliar o candidato a partir de competências e habilidades previstas pelo Inep. Vale ressaltar que é importante ao candidato sempre se atentar a temas que remetem às atualidades e a cultura na qual se encontra inserido, aumentando os seus conhecimentos.

De todo modo, a maneira da qual se dispõe para analisar o desempenho dos estudantes durante o processo de ensino aprendizagem e em exames como o Enem, é a avaliação. Com este instrumento, é possível que sejam identificadas as dificuldades encontradas pelos alunos, além de possibilitar a observação dos objetivos propostos diante dos resultados alcançados.

A importância da avaliação perpassa a simples prática de atribuição de uma nota, ela norteia o trabalho pedagógico subsidiando o trabalho dos educadores, visando à formação crítica de sujeitos que se tornem cidadãos participativos na sociedade.

Lira, Lima e Marinelli (2010) afirmam que quando a metodologia avaliativa é empregada em fechamento de ciclos, ou como forma de verificar capacidades e habilidades de um sujeito, torna-se um processo “mecânico” ao invés de ser usado para a transformação e o aperfeiçoamento do aluno.

Sobre isso também Hoffmann (2003), adverte:

[...] o papel do avaliador, ativo em termos do processo, transforma-se no de partícipe do sucesso ou fracasso dos alunos, uma vez que os percursos individuais serão mais ou menos favorecidos a partir de suas decisões pedagógicas que dependerão, igualmente, da amplitude das observações. Pode-se pensar, a partir daí, que não é mais o aluno que deve estar preparado para a escola, mas professores e escolas é que devem preparar-se para ajustar propostas pedagógicas favorecedoras de sua aprendizagem, sejam quais forem seus ritmos, seus interesses e ou singularidades. (HOFFMANN, 2003, p. 223)

Nessa perspectiva, a temática voltada para a avaliação vem sendo amplamente discutida, visto que, na vida, até mesmo nas atividades corriqueiras utilizam-se meios avaliativos, ou seja, a avaliação abrange toda e qualquer tarefa que necessite de reflexões.

Tendo em vista a importância e a abrangência do que vem a ser “avaliar”, não se deve reduzir tal prática apenas a mera verificação de desempenho, passível de uma atribuição de notas. Para referendar essa afirmação Hoffmann (2000, p. 53) dita que

[...] conceber e nomear o 'fazer testes', o 'dar notas', por avaliação é uma atitude simplista e ingênua! Significa reduzir o processo avaliativo, de acompanhamento e ação com base na reflexão, a poucos instrumentos auxiliares desse processo, como se nomeássemos por bisturi um procedimento cirúrgico [...]. (HOFFMANN, 2000, p. 53)

Desse modo, o processo avaliativo deve primar pela interação entre educando e educador, visto que, o professor precisa desafiar o aluno para que este busque cada vez mais o conhecimento. Da mesma maneira, o aluno também promove desafios ao professor, e sendo assim temos a verdadeira interface do processo avaliativo, na qual através da colaboração entre as partes envolvidas forma-se o saber crítico. (LIRA, LIMA e MARINELLI, 2010)

É de extrema importância que no meio acadêmico seja feita a devida distinção entre os termos avaliação e verificação, uma vez que estes vocábulos têm sido utilizados de forma sinônima. Avaliar segundo o Dicionário Aurélio da

Língua Portuguesa significa determinar o valor de; compreender; apreciar; prezar; reputar-se; conhecer o seu valor.

Verificar, por sua vez, de acordo com o mesmo dicionário supracitado faz referência a examinar se uma coisa é o que deve ser ou o que se declarou ser; confirmar; corroborar; averiguar; cumprir-se; efetuar-se. Reiterando estes parágrafos temos Luckesi (1998), que diz:

A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção de configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer ante ou com ele. A verificação é uma ação que "congela" o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação. (LUCKESI, 1998, p. 76)

No âmbito escolar temos o emprego destes conceitos subjugando o desenvolvimento dos alunos, pois, quando usada somente como aferição de rendimento escolar reduz o aluno a "aprovado ou reprovado", porém, não informa se o discente obteve um aprendizado significativo.

Em síntese, o atual processo de aferir a aprendizagem escolar, sob a forma de verificação, além de não obter as mais significativas consequências para a melhoria do ensino e da aprendizagem, ainda impõe aos educandos consequências negativas, como a de viver sob a égide do medo, através da ameaça de reprovação - situação que nenhum de nós, em sã consciência, pode desejar para si ou para outrem. (LUCKESI, 1998, p.76)

Logo, avaliar corretamente os conhecimentos obtidos pelo aluno no processo de ensino aprendizagem não é uma tarefa simplória, contudo, a partir do momento em que se pensar na avaliação como uma ferramenta que subsidie tanto o aluno em seu percurso formativo, quanto o professor em seu percurso formador fortaleceremos o trabalho docente e serão obtidos melhores resultados por parte dos educandos.

Para referendar as ideias acima dispostas cita-se Hoffmann (2013, p. 22) quando a autora define que "a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação".

Ao mencionarmos a relevância que deve ser dada ao processo avaliativo na aprendizagem, afirmamos a importância do ENEM para o processo formativo e acadêmico do sujeito, tendo entendido a avaliação como o mecanismo que “tem a função de subsidiar a construção da aprendizagem” (LUCKESI 2008, p. 166). Portanto, podemos inferir que a avaliação é essencial para a educação, seja ela no âmbito de uma sala de aula ou a nível institucional.

Nessa perspectiva, em meio às reformas pelas quais vem passando o ensino médio no Brasil entende-se que o ENEM e o processo de aprendizagem que prepara e avalia os estudantes no exame também precisam ser incluídos nas mudanças para que dessa maneira se obtenham resultados mais satisfatórios.

A partir do ano de 2009, quando houve significativas modificações no Enem, cita-se a implementação do SISU, houve também um aumento nos discursos em se tratando do mau desempenho dos estudantes, sobretudo em relação à produção textual/argumentação na redação.

Falando em fracasso escolar, não se pode deixar de citar Nogueira (2009) quando o referido autor afirma que a escola muitas vezes tende a reproduzir o caráter dominante da sociedade, e nessa conjuntura aplicar a mesma avaliação a todos os alunos representará a ocorrência de resultados relacionados às marcas sociais nas quais o estudante se insira.

Bourdieu (2008b) salienta que apesar dos resultados insatisfatórios na educação brasileira, em relação particularmente ao ensino médio não se liga diretamente ao poder aquisitivo. É claro que quanto maior a renda familiar, mais se poderá investir em educação e boas escolas, contudo, o fator determinante para estas questões seria a inclusão cultural dos indivíduos.

Sendo assim, a bagagem cultural que o sujeito agrega a seus conhecimentos durante o seu percurso formativo pode dar-lhe um forte poder argumentativo, garantindo que este indivíduo obtenha bons resultados em suas avaliações e produções.

Silva e Lima (2014, p. 56) afirmam que “quanto mais competências e habilidades o indivíduo possuir, mais oportunidades favoráveis para resolução de um conjunto maior de problemas”, porque dessa maneira com o uso das aptidões apropriadas o candidato conseguirá redigir corretamente seu texto.

Porém, conforme afirma Marquesi (2011, p. 135) “o estudante do ensino médio ainda tem extrema dificuldade para escrever e, então, na maioria das

vezes, ele reproduz, em sua escrita, frases, clichês ou trechos de textos lidos”, tal afirmativa mostra o não cumprimento de critérios básicos para a construção de textos argumentativos.

Mesmo sabendo que a Redação é trabalhada com os estudantes durante o seu percurso formativo, nos deparamos com um impasse, o mau desempenho dos participantes quanto ao texto produzido no exame.

Muitas vezes as instituições escolares não possuem um corpo docente condizente com o número de alunos matriculados e esse fator faz com que o professor se desdobre em três ou mais disciplinas comprometendo a eficácia do trabalho e conseqüentemente da aprendizagem.

Nesse âmbito, para que o desempenho do aluno tenha significativa melhora é preciso que haja mudanças na forma de se trabalhar com a redação no ensino médio, a fim de que o aluno tenha condições de atender aos critérios que a produção de um texto dissertativo argumentativo exige. As competências utilizadas para a correção de tal gênero textual são dispostas no Manual do candidato e implicam dizer que este já as tenha adquirido durante o seu percurso de ensino-aprendizagem.

A redação do ENEM requer do candidato uma produção sequenciada do tipo dissertativo-argumentativo com tema relacionado a assuntos que vão do âmbito social ao político, pois, além de pertencer ao ambiente acadêmico, dissertar faz parte da realidade na qual estamos inseridos, visto que, para o sujeito se tornar um cidadão atuante ele precisa conhecer e saber lidar com os mais variados assuntos levando em consideração que o discurso envolto na arte do bem falar é um princípio da Retórica Aristotélica. (MARCUSCHI, 2002)

Sobre a mesma temática Rojo (2009, p. 83) salienta “como a leitura, a escrita ou produção de textos também envolve uma multiplicidade de capacidades ou competências e habilidades desenvolvidas ao longo da educação básica, se não ao longo da vida”.

Costa Val (2006, p. 46) asseguram: “o que se espera em termos de redação são habilidades de exposição de ideias e de argumentação em torno de determinado problema”. Nessa conjuntura, o texto dissertativo-argumentativo tem a finalidade de discorrer defendendo um ponto de vista em relação a assuntos recorrentes na contemporaneidade por meio de argumentos (dados

estatísticos, exemplos, fatos, etc.) firmes e que convençam o leitor, levando a uma conclusão permeada por possíveis soluções.

É importante ressaltar ainda que para obter sucesso em uma redação o aluno deve apresentar domínio sobre as áreas literárias, mas também sobre as filosóficas. A visão de mundo que é cobrada do estudante nas produções textuais podem ser expressas nos textos a partir do uso de trechos de músicas, de poemas, de fatos históricos ou geográficos. Porém, a falta da prática rotineira da leitura faz com que o aluno não tenha base para fundamentar suas produções. (MARCUSCHI, 2002)

Para Silva e Lima (2014) a elaboração de um roteiro próprio pelo aluno durante a produção textual também é relevante, pois, assim será possível ganhar tempo sem ter que voltar fazendo releituras do que foi redigido. Nesse sentido, o roteiro serve como um direcionador para a elaboração do texto com concisão, coerência e coesão. A preparação de um roteiro esquematizado fará com que o sujeito autor se engendre pela linha de raciocínio correta e saiba a partir da tese que irá defender quais os argumentos adequados que utilizará.

Outro fator importante sobre a produção de textos dissertativo-argumentativos é o uso de vocabulário rebuscado, este, quando atrelado às normas cultas agregará valor ao texto. No entanto, não se deve fazer uso de palavras difíceis e desconhecidas apenas como forma de enganar os avaliadores, de nada adiantará tais palavras sem um bom desempenho argumentativo e com o não cumprimento das competências e habilidades exigidas para a produção de boas Redações.

Diante de tais pressupostos é cabível afirmar que o ensino da argumentação envolve orientar e preparar o aluno para que este consiga desenvolver sua própria capacidade argumentativo-discursiva. Para isso, a retórica clássica ou retórica Aristotélica, sobre a qual discutiremos a seguir, oferece subsídios significativos para o processo de ensino-aprendizagem relativo à produção deste gênero textual.

Tem-se conhecimento que o ensino da escrita desperta o interesse de pesquisadores e educadores, pois, a linguagem se converte em textos. Sendo assim, através do texto, o sujeito estabelece relações com os interlocutores do processo, e a linguagem escrita torna-se um objeto fundamental para a construção do ensino.

Sob essa égide, pode-se concluir que a elaboração de um texto dissertativo-argumentativo engloba não apenas o conhecimento da língua, mas, exige que o sujeito possua saberes que envolvem o cognitivo e principalmente tenha domínio sobre o discurso, uma das premissas básicas componentes da Retórica de Aristóteles.

Nesse sentido a produção de um texto dissertativo-argumentativo deve estar atrelada ao conhecimento de mundo por parte do sujeito autor, levando em conta que os assuntos abordados sempre apresentam vertentes que possuem cunho social. Tendo ciência acerca do tema proposto, o participante poderá apresentar argumentos que defendam seu ponto de vista, mantendo em todo o decurso do texto uma postura crítica que englobe várias áreas do conhecimento.

Nessa perspectiva segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) o desempenho dos alunos do ensino médio no quesito elaboração de textos tem se mostrado insuficiente a cada ano que passa. Tendo por base os resultados supracitados, percebe-se que é necessário que as intervenções em sala de aula contribuam para melhorar a qualidade do ensino, preferencialmente em se tratando de produções textuais.

Segundo Marcuschi (2002), as diferentes situações cotidianas que envolvem a comunicação podem ser relacionadas às variações de gêneros textuais existentes. Por esse motivo, o ensino da língua através de textos torna-se essencial para o desenvolvimento das competências linguísticas do educando, pois, além de ajudá-lo a compreender a língua de diferentes maneiras, desenvolve também o domínio sobre o discurso, dando possibilidade para que o sujeito saiba agir em situações comunicativas que envolvam tanto a parte oral, quanto à escrita.

A Retórica Aristotélica já salientava a importância da persuasão envolvendo discursos, e atualmente, essa afirmação não pode ser deixada de lado. Constantemente surgem situações em que o sujeito precisa posicionar-se criticamente acerca de assuntos que despertam variados pontos de vista.

Ademais, a sociedade muda seus conceitos e práticas de maneira que o indivíduo deve estar atento aos acontecimentos para poder omitir opiniões válidas. E, sendo assim cabe à escola formar cidadãos capazes de agir e pensar com criticidade e que possua habilidades argumentativas e dissertativas a fim de

ocupar seu espaço nas distintas situações comunicativas que por ventura vierem a acontecer.

No dicionário Aurélio da Língua Portuguesa do século XXI, “dissertação é uma exposição desenvolvida, escrita ou oral, de matéria doutrinária científica ou artística”. Já no dicionário Antônio Houaiss, “dissertar é expor algum assunto de modo sistemático, abrangente e profundo, oralmente ou por escrito”.

Sendo assim, os dois autores descrevem a dissertação com palavras distintas, porém, com o mesmo significado e a partir das definições supracitadas podemos inferir que ao se tratar de um texto dissertativo-argumentativo o mais relevante é ensinar ao aluno que se deve expor com clareza o assunto proposto.

Nessa conjuntura, não basta dominar a língua portuguesa e suas normas ortográficas, mas, ser conhecedor do assunto ao qual a proposta de redação se refere. Em dadas situações, mesmo que o texto siga todos os padrões gramaticais e linguísticos, a fuga do tema compromete o seu bom desenvolvimento.

Então, o aluno precisa estar em contato com textos argumentativos desde os anos finais do ensino fundamental, mesmo com sua obrigatoriedade apenas no ensino médio, de acordo afirma Pereira (2008)

O ensino do texto argumentativo, de modo geral, nas escolas brasileiras, inicia-se nas séries finais do ensino fundamental, 8º e 9º anos, mas sua obrigatoriedade como conteúdo curricular destaca-se no ensino médio. (PEREIRA, 2008, p. 49)

Silva e Lima (2014) salientam que para elaborar textos argumentativos é preciso que a produção seja baseada em quesitos como clareza, concisão, harmonia, coesão e coerência, fatores que levam a uma boa compreensão do texto. Nessa conjuntura, o texto dissertativo argumentativo permite que o professor/avaliador verifique se o aluno conseguiu compreender a proposta, se soube relacionar, organizar e interpretar as informações dispostas para assim proceder com o desenvolvimento.

Mas a complexidade de se produzir textos dissertativo-argumentativos ainda é uma realidade crescente no Brasil, ou seja, os métodos com os quais se tem trabalhado a argumentação em sala de aula são falhos e atrelados às leituras superficiais ou inexistentes por parte dos estudantes.

A redação do ENEM, um texto que deve ser elaborado em forma de prosa do tipo dissertativo-argumentativo relacionando-se com temas sociais, culturais ou políticos requer que o participante domine a arte retórica e consiga convencer o corretor de que seu argumento é forte o bastante e não permite questionamentos.

Tais capacidades precisam ser desenvolvidas pelo aluno ao longo de seu processo de ensino-aprendizagem, como afirma Rojo (2009)

como a leitura, a escrita ou produção de textos também envolve uma multiplicidade de capacidades ou competências e habilidades desenvolvidas ao longo da educação básica, se não ao longo da vida. (ROJO, 2009, p. 83)

Diante de todos os quesitos anteriormente mencionados, cabe ao professor valorizar a redação em suas aulas. É necessário que o docente ensine os alunos a escrever, expressando e organizando suas ideias. A capacidade de organizar sistematicamente as informações caracteriza um aluno que viu, ouviu, leu (livros, revistas, jornais, internet) e se propôs a sintetizar os conhecimentos assimilados em forma de texto.

2.4 A Base Nacional Comum Curricular: prelúdio de mudanças, garantia do direito à aprendizagem e implicações no Ensino Médio

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, já sinalizava no artigo 210, a necessidade do estabelecimento dos “conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira que assegurasse a formação básica comum” (BRASIL, 1988, p.124).

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988, p.124)

De acordo com o texto da Constituição já se pensava na construção de um documento norteador para a garantia das aprendizagens e em uma formação mais ampla, que abarcasse cultura, artes, valores, sociabilidade, empatia e respeito às culturas locais valorizando a identidade dos povos.

Posteriormente, esse anseio previsto da Constituição Federal é validado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) bem como nos documentos oficiais subsequentes, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Em 2014 é instituído o Plano Nacional de Educação (PNE), construído a partir da I Conferência Nacional de Educação – Conae. O PNE apresenta proposições concretas para a efetiva universalização de toda a educação básica.

No ano de 2015, o texto da Base Nacional Comum Curricular começou a ser construído objetivando estabelecer os conteúdos mínimos fundamentais para serem aprendidos por crianças e jovens da educação básica, com respeito às diversidades regionais e locais. A necessidade por uma base nacional comum curricular está expressa na Meta 2 e na Meta 7 do Plano Nacional de Educação.

Em 2017, o documento foi homologado em vinte de dezembro pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A BNCC do ensino médio foi entregue pelo ex-ministro da Educação Mendonça Filho ao CNE para a realização das consultas públicas. O documento norteará a implementação da Reforma do Ensino Médio - conjunto de novas diretrizes para o ensino médio implementadas por meio de Medida Provisória, sancionada em 16 de fevereiro de 2017.

O novo marco da história da educação no Brasil foi à promulgação da Base Nacional Comum da Educação Infantil e Ensino Fundamental¹ em dezembro de 2017, sobre a qual se refere o parágrafo anterior.

Para entender melhor esse novo acontecimentos, alguns momentos na trajetória da educação brasileira constituem-se como marcos legais que nortearam a democratização do ensino no Brasil, sendo assim, o professor

¹ No momento da construção deste trabalho, a BNCC do Ensino médio estava ainda submetida a audiências públicas pelo Conselho Nacional de Educação. Em 14 de dezembro do ano de 2018, o texto da Base Nacional Comum Curricular referente à etapa do Ensino Médio foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC).

Francisco Cordão², especialista em história da Educação reúne esses momentos em uma linha do tempo os quais estão presentes na figura a seguir:

Tabela 01: Linha do Tempo: Educação

ANO	FATOS
1549	Os jesuítas chegaram ao Brasil. Criação da primeira “escola de ler e escrever”, em Salvador, ainda de fundo catequético. Em 1594, é construída a escola mais importante em São Paulo, nos campos de Piratininga, o que valeu ao Padre Anchieta ser considerado como o “Pai da Educação no Brasil”.
1759	Jesuítas são expulsos do Brasil e, como consequência, tivemos a desintegração da instrução pública. São publicadas as Instruções para os Professores dos Estudos Menores, que orientam a ação dos professores nas aulas régias, incluindo o ensino da matemática.
1824	O Art. 179 da Constituição Política do Império do Brasil, outorgada pelo imperador D. Pedro I, em seu Inciso XXXII, definiu que “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, dando início aos debates sobre a gratuidade do ensino público brasileiro. Entre os cidadãos, não estavam incluídos os escravos.
1834	O Ato Adicional nº 16, que promoveu alterações na Constituição Política, delegou a responsabilidade da educação inicial e a formação de professores às províncias. O Império era responsável pelos investimentos na Instrução Secundária, criando, assim, o Imperial Colégio Pedro II.
1891	A Constituição de 1891 definiu a laicidade da educação e deixou a gratuidade a juízo dos governos estaduais. Nas Constituições Estaduais de 1892, poucos estados articularam obrigatoriedade e gratuidade. Apenas São Paulo o fez, com a aprovação da Lei do Ensino Público Paulista.
1934	Na Constituição de 1934, a Educação Pública foi proclamada como direito dos cidadãos e dever do Estado.

² Francisco Aparecido Cordão: Licenciado (Graduação) em Filosofia, Teologia e Pedagogia. (especialização em Supervisão de Ensino e Administração Escolar). Professor de Filosofia na Rede Estadual de Ensino (2º Grau – Ensino Médio) na EESG “Prof. Gualter da Silva”- São Paulo/SP.

Professor Universitário de Filosofia da Educação e de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1ºe 2º graus (Faculdades Associadas do Ipiranga). Sociólogo e Orientador Social do SESC de São Paulo. Conselheiro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, durante 18 anos.

1937	Na Constituição outorgada pelo Estado Novo, a educação primária foi declarada obrigatória e gratuita, mas as obrigações do governo ficam diluídas. No final da ditadura Vargas, o Ministro Gustavo Capanema propôs a Lei Orgânica do Ensino Primário, orientando sua oferta gratuita e obrigatória.
1946	A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1946, praticamente retoma o texto da Constituição de 1934, garantindo recursos vinculados do orçamento da União para cumprir a obrigatoriedade e a gratuidade da educação primária e sua continuidade nos níveis posteriores de ensino.
1961	Foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961). De acordo com essa Lei, o Ensino Primário obrigatório era de 4 (quatro) anos de duração.
1967	A primeira versão da Constituição promulgada sob o regime militar foi substituída por uma nova redação ditada pela Emenda Constitucional nº 01/1969. Ao retirar a vinculação de recursos, dá início a um processo de pauperização do ensino, com baixos salários e pouca infraestrutura escolar. O ensino passou a ser obrigatório dos 7(sete) aos 14(quatorze) anos, e gratuito nos estabelecimentos públicos.
1988	A nova Constituição estabeleceu a gratuidade e a obrigatoriedade do Ensino Fundamental. De acordo com o Art. 208, “o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.” A partir de então, o cidadão tem mecanismos jurídicos para exigir o direito à Educação. Foi prevista, ainda, a progressiva universalização do ensino médio gratuito.
1996	Sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, definindo dois níveis para a educação: o nível da Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como o nível da Educação Superior. Foi instituído também o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
1997	O Ministério da Educação pública os Parâmetros Curriculares Nacionais, referenciais abertos e não obrigatórios para subsidiar a renovação e a reelaboração da proposta curricular das escolas e a formação de professores.
	A Lei do Fundef foi substituída e teve seu alcance ampliado pela Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério. A implantação da lei representa o mais

2007	importante mecanismo de redistribuição de recursos vinculados à educação e a principal medida adotada em regime de colaboração entre União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios para promover a redistribuição dos recursos aplicados na educação.
2009	A Emenda Constitucional nº 59/2009 promoveu alterações no texto da Constituição Federal de 1988, com destaque para: Inciso I Art. 208, definindo que o dever do Estado para com a Educação será efetivado mediante a garantia da “Educação Básica, obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso da idade própria.
2010	Surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais, normas obrigatórias para a educação Básica com o objetivo de orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino.
2014	Em 25 de junho de 2014 foi sancionada a Lei 13. 005/2014, que aprova e define o Plano Nacional de Educação, com 20(vinte) metas e respectivas estratégias de implantação, a serem cumpridas em 10 (dez) anos.
2017	O Governo Federal sanciona a Reforma do Ensino Médio, que flexibiliza a estrutura desta etapa do ensino, criando uma parte comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e a outra parte flexível.
2017	Em 20 de dezembro de dezembro de 2017 é aprovada a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.
2018	Em 14 de dezembro de 2018 é aprovado o texto da Base Nacional Comum Curricular da etapa Ensino Médio.

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2019.

A partir da observação da figura anterior, levando em consideração os acontecimentos e suas respectivas datas, fica evidenciada a trajetória que a educação brasileira percorreu até chegar aos moldes atuais, enfatizando a importância da promulgação de leis e documentos legais que fomentem o sistema educacional.

O documento da Base Nacional Comum Curricular apresenta dez competências gerais para educação básica.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 146)

Para esse estudo a que nos chama a atenção é a competência 7 (sete), diretamente ligada à produção do texto aristotélico nas avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, (...) inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB. (BRASIL, 2018, p. 8-9)

A competência geral número 7 (sete) da educação básica na BNCC, implica na capacidade de construir argumentos, formular opiniões e debater de forma coerente e coesa com argumentos valorosos do ponto de vista ético respeitando os direitos humanos, sociais e ambientais.

Essa competência contribui para o aprendizado em todas as áreas do conhecimento, possibilitando os confrontos de visões diferentes, interposição de inferências com as propriedades argumentativas sobre os assuntos distintos que circundam na sociedade.

Ainda no texto da BNCC do Ensino Médio “o conceito de competência, adotado, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35)”. (BRASIL, 2017, p. 13)

Nessa perspectiva,

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências.

Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2017. p. 13)

A ausência de um currículo comum foi questionada ao longo dos anos por especialistas em educação. Essa carência deste documento comum, como a atual BNCC, contribuiu para as desigualdades que marcam a educação brasileira. Nesse interim, o Conselho Nacional de Educação institui a Base Nacional Comum Curricular como um documento de caráter normativo para a garantia do direito à aprendizagem.

Para Ivan Cláudio Siqueira, pesquisador e membro do Conselho Nacional de Educação do Brasil, colocar a criança e o adolescente no centro do processo

como protagonistas da aprendizagem foi uma melhora significativa. Essa preocupação com o currículo oficial na adoção da BNCC colocou o Brasil em alinhamento a um movimento internacional para aprimorar a qualidade do ensino.

No entanto, faz-se necessário observar que a BNCC é um ponto de partida e não de chegada, pois o documento precisa ser aprimorado por nós professores bem como pelas famílias e sociedade de modo geral. Afinal de contas,

o currículo tem que levar em consideração o conhecimento local e cotidiano que os alunos trazem para a escola, mas esse conhecimento nunca poderá ser uma base para o currículo. A estrutura do conhecimento local é planejada para relacionar-se com o particular e não pode fornecer a base para quaisquer princípios generalizáveis. Fornecer acesso a tais princípios é uma das principais razões pelas quais todos os países têm escolas". (YOUNG, 2007, p. 13)

Muito se discutiu, discordou, inferiu, alterou sobre o texto da Base. Várias polêmicas se instalaram ao longo de sua construção. Porém, a BNCC traz-nos uma seguridade para os novos caminhos bem como o desafio para a materialização das suas competências em sala de aula.

2.5 Contexto atual do Ensino Médio

A Base Nacional do Ensino Médio terá muitos debates ainda, principalmente no campo considerado mais complexo: o capítulo de Língua Portuguesa que incorporou o eixo da semiótica³.

³ Semiótica é o estudo dos signos, que consistem em todos os elementos que representam algum significado e sentido para o ser humano, abrangendo as linguagens verbais e não-verbais. A semiótica busca entender como o ser humano consegue interpretar as coisas, principalmente o ambiente que o envolve. Desta forma, estuda como o indivíduo atribui significado a tudo o que está ao seu redor. Os objetos de estudo da semiótica são extremamente amplos, consistindo em qualquer tipo de signo social, por exemplo, seja no âmbito das artes visuais, música, cinema, fotografia, gestos, religião, moda, etc. Em suma, quase tudo o que existe pode ser analisado a partir da semiótica, visto que para que algo exista na mente humana, esta coisa precisa ter uma representação mental do objeto real. Esta condição já faz de tal objeto, por exemplo, um signo que pode ser interpretado semioticamente. Segundo registros históricos, a semiótica teve sua origem na Grécia Antiga, mas apenas se desenvolveu no começo do século XX, com o trabalho de alguns pesquisadores, como o mestre da linguística e filósofo Ferdinand de Saussure (1857 - 1913), e Charles Peirce (1839 -

Entretanto, outras discussões e reflexões permeiam em torno do jovem que vivencia essa etapa da Educação Básica. O ensino médio brasileiro não tem atendido aos anseios dos jovens, mesmo sendo um direito público.

De acordo com o texto da BNNC do ensino médio,

a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras. (BRASIL, 2017, p. 461)

Se no ensino fundamental os desafios de implantação da base já são grandes, no ensino médio não basta universalizar o atendimento, urge também a necessidade de garantir a permanência dos alunos para a contenção da evasão escolar aspecto crítico nessa etapa da educação básica.

Esses apontamentos são explicitados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN):

Com a perspectiva de um imenso contingente de adolescentes, jovens e adultos que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais, é que o Ensino Médio deve trabalhar. Está em jogo a recriação da escola que, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, pode ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho. (BRASIL, 2011, p. 167)

A escola do século XXI precisa ser compreendida no contexto da dinâmica social contemporânea, pois é marcada pelas metamorfoses do desenvolvimento tecnológico e da inserção da geração de jovens nesse cenário vivenciado pelos jovens estudantes e desafiador para os professores. A tríade escola do século XIX, professor do século XX e aluno do século XXI precisam encontrar pontos de encontro.

No texto da base,

Trata-se de reconhecer que as transformações nos contextos nacional e internacional atingem diretamente as populações jovens e, portanto,

1914), considerado o “papa da Semiótica”. Disponível em: <https://www.significados.com.br/semiotica>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

o que se demanda de sua formação para o enfrentamento dos novos desafios sociais, econômicos e ambientais, acelerados pelas mudanças tecnológicas do mundo contemporâneo. (BRASIL, 2017, p. 463)

Precisamos considerar as distintas características do público dessa etapa da educação básica notadamente porque

a juventude como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes. (BRASIL, 2011, p. 155)

Dessa forma é necessário refletirmos sobre a acolhida que as escolas devem fazer aos alunos do ensino médio pensando nas diversas dimensões do ser que os envolvem como pessoa humana.

Retomando a questão do texto, como objeto macro de estudo deste trabalho, na BNCC do ensino médio,

A área de Linguagens, no Ensino Fundamental, está centrada no conhecimento, na compreensão, na exploração, na análise e na utilização das diferentes linguagens (visuais, sonoras, verbais, corporais), visando estabelecer um repertório diversificado sobre as práticas de linguagem e desenvolver o senso estético e a comunicação com o uso das tecnologias digitais. No Ensino Médio, o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais e no uso criativo das diversas mídias. (BRASIL, 2017, p. 471)

A progressão das aprendizagens e habilidades da BNCC nos aspectos da linguagem é definida considerando,

- a complexidade das práticas de linguagens e dos fenômenos sociais que repercutem nos usos da linguagem (como a pós-verdade e o efeito bolha);
- a consolidação do domínio de gêneros do discurso/gêneros textuais já contemplados anteriormente e a ampliação do repertório de gêneros, sobretudo dos que supõem um grau maior de análise, síntese e reflexão;

- o aumento da complexidade dos textos lidos e produzidos em termos de temática, estruturação sintática, vocabulário, recursos estilísticos, orquestração de vozes e semioses;
- o foco maior nas habilidades envolvidas na reflexão sobre os textos e práticas (análise, avaliação, apreciação ética, estética e política, valoração, validação crítica, demonstração etc.), já que as habilidades requeridas por processos de recuperação de informação (identificação, reconhecimento, organização) e por processos de compreensão (comparação, distinção, estabelecimento de relações e inferência) já foram desenvolvidas no Ensino Fundamental (BNCC ensino médio). (BRASIL, 2017, p. 499)

A produção de texto exige do estudante de ensino médio a bagagem cultural adquirida ao longo de sua formação para melhor embasar a sua argumentação com progressão temática. Na base, considera-se também,

- o incremento da consideração das práticas da cultura digital e das culturas juvenis, por meio do aprofundamento da análise de suas práticas e produções culturais em circulação, de uma maior incorporação de critérios técnicos e estéticos na análise e autoria das produções e vivências mais intensas de processos de produção colaborativos;
- a ampliação de repertório, considerando a diversidade cultural, de maneira a abranger produções e formas de expressão diversas – literatura juvenil, literatura periférico-marginal, o culto, o clássico, o popular, cultura de massa, cultura das mídias, culturas juvenis etc. – e em suas múltiplas repercussões e possibilidades de apreciação, em processos que envolvem adaptações, remediações, estilizações, paródias, HQs, minisséries, filmes, videominutos, *games* etc.;
- a inclusão de obras da tradição literária brasileira e de suas referências ocidentais – em especial da literatura portuguesa –, assim como obras mais complexas da literatura contemporânea e das literaturas indígena, africana e latino-americana. (BRASIL, 2017, p. 500)

A leitura e a produção de textos são práticas de linguagem básicas do Ensino Fundamental e Médio. Para tanto, a escola deve desenvolver no aluno em suas práticas pedagógicas de linguagem a habilidade de posicionar-se de forma idônea em relação aos assuntos da atualidade, fazendo apreciações éticas e respeitadas nas produções textuais. Isso é propiciar no sujeito a ação de colocar-se no mundo expressando, por meio da linguagem escrita, de forma ética e cidadã.

2.6 Projeto Político Pedagógico: Norteador das ações de uma Instituição Escolar

A escola não pode pautar-se na administração Cristóvão Colombo⁴, de acordo com Robert (1998, p.40). Assim, é o Projeto Político Pedagógico que define os anseios, aponta o caminho e qual objetivo deseja ser almejado.

Para Gadin (2001),

É impossível enumerar todos os tipos e níveis de planejamento necessários à atividade humana. Sobretudo porque, sendo a pessoa humana condenada, por sua racionalidade, a realizar algum tipo de planejamento, está sempre ensaiando processos de transformar suas ideias em realidade. Embora não o faça de maneira consciente e eficaz, a pessoa humana possui uma estrutura básica que leva a divisar o futuro, a analisar a realidade e a propor ações e atitudes para transformá-la. (GADIN, 2001, p. 83)

Como a necessidade de traçar rumos é imprescindível para o bom funcionamento das escolas, a legislação educacional brasileira, a partir dos anos de 1980 – década na qual o Brasil vivia o movimento da democratização – já discutia e traçava caminhos para a execução de uma gestão democrática do ensino público. Nesse período, teóricos brasileiros iniciaram pesquisas sobre o Projeto Pedagógico, juntamente com franceses e portugueses.

A Constituição Federal, no seu artigo 206, incisos I, III, VI e VII já faz referência à igualdade de condições e acesso à escola, garantia dos padrões de qualidade e pluralismo de ideias.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

⁴ Administração Cristóvão Colombo faz uma analogia do período das Grandes Navegações. Cristóvão de Colombo (Génova, entre 22 de agosto e 31 de outubro de 1451 — Valladolid, 20 de Maio de 1506) foi um navegador e explorador italiano, responsável por liderar a frota que alcançou o continente americano em 12 de Outubro de 1492, sob as ordens dos Reis Católicos de Espanha, no chamado descobrimento da América. (Empreendeu a sua viagem através do Oceano Atlântico com o objetivo de atingir a Índia, tendo na realidade descoberto as ilhas das Caraíbas (Antilhas) e, mais tarde, a costa do Golfo do México na América Central.) Robert, M. Estratégia. São Paulo: Negócio, 1998, p.40, pontua que Cristóvão Colombo quando partiu, não sabia para onde ia, nem quando chegou sabia onde estava. O que difere da escola com Projeto Político Pedagógico que possui uma intencionalidade de orientar o funcionamento e organização da escola para atingir os objetivos e metas traçadas.

- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal. (BRASIL, 1988, p. 136)

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é promulgada - Lei 9394/1996 – e com ela regularizada a gestão democrática com o intuito de fortalecer e articular os laços entre instituição escolar e comunidade, como já previsto na Carta Magna em seu artigo 206.

Nesse contexto, surgiu o Projeto Político Pedagógico como instrumento de garantia da participação de pais, alunos, professores e toda a comunidade escolar na construção desse documento que objetiva o respeito às multiplicidades humanas dentro do espaço escolar.

Além da LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs) e, atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configuram como documentos oficiais para a garantia das peculiaridades de cada localidade desse país. Ademais, eles orientam a escola para cumprir com a sua ação educativa fundamental à formação humana de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Isso posto porque, de acordo com o Ministério da Educação - MEC, é o Projeto Político Pedagógico - PPP das escolas que precisa concretizar as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação - PNE.

2.6.1 Análise e Reflexões sobre o Projeto Político Pedagógico do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Guanambi-Bahia

O PPP do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Guanambi Bahia 2018 inicia-se com a reflexão:

É na construção democrática do Projeto Político Pedagógico que a escola tem o espaço para efetuar escolhas e definir ações que, implementadas e executadas, contribuem para desenvolver e ofertar uma educação de qualidade. (ZANINI, 2008, apud PPP CMLEM p. 01)

Com essa preocupação, o PPP do CMLEM⁵, apresenta o seu contexto escolar do Ensino Médio:

No nosso contexto escolar, o Ensino Médio, deparamos com alunos com funções cognitivas diversas que dificultam o desenvolvimento de suas competências, gerando, em parte dessa clientela, o insucesso nas disciplinas do currículo. Além disso, muitos conteúdos e metodologias adotados na sala de aula estão dissociados do contexto de vida desses alunos. Assim, alguns não conseguem a aprovação e outros abandonam a escola antes de concluir o ano letivo. (PPP - CMLEM, 2018, p. 02)

Nesse primeiro momento, o PPP já apresenta as dificuldades enfrentadas por esta instituição de Ensino Médio em seu contexto escolar, não diferente de outras espalhadas por todo Brasil.

Diante desse contexto, é válido ressaltar que o

Projeto está fundamentado na LDB 9394/96, na Lei N.º 10639/2003, que altera a lei n.º 9394-96, na Lei n.º 11.645 que atualiza a Lei n.º 10639/2003, nos PCN e nas DCNEM do Ensino Médio, na Lei N.º 11788/2008 que trata da definição, classificação e relações de estágio, no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, além do Regimento da Unidade Escolar.

O planejamento das atividades escolares é uma necessidade premente e, por esta razão, o objetivo deste Projeto Político-Pedagógico é propor um encaminhamento para as ações pedagógicas apresentando a organização e operacionalização do trabalho pedagógico escolar do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães. Tais ações estão embasadas em princípios e metas que visam o desenvolvimento da aprendizagem, da melhoria da qualidade de ensino, da pesquisa como processo de construção do conhecimento, do respeito às diferenças e à diversidade, da formação continuada do professor, da otimização das relações interpessoais, do trabalho interdisciplinar, da contextualização dos procedimentos avaliativos e da valorização do aluno como sujeito do processo ensino aprendizagem. (PPP, CMLEM, 2018, p. 02)

⁵ O Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, localizado à Avenida Barão do Rio do Branco, S/N – Bairro São Francisco – Guanambi-Ba. sob código no 76438, Portaria de Criação Decreto No 7293, publicado no Diário Oficial de 05/05/1998, mantido pelo Estado da Bahia e administrado pela Secretaria de Educação, norteará todo o seu trabalho por esse Projeto Político Pedagógico, nos termos da legislação em vigor.

A instituição escolar pauta-se na legislação vigente para atender aos anseios educacionais e desenvolver um trabalho pedagógico diante dos desafios encontrados expostos na apresentação do seu contexto escolar.

Assim, percebe-se que,

Artigo 20 -§1º. O projeto político pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino. (Brasil, 2013.)

Na organização do projeto, no que se refere à “IV – VISÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E METAS” (Pág. 06), o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, possui como objeto geral a garantia de um ensino de qualidade, prezando pelo exercício pleno de cidadania.

Como objetiva esta pesquisa, interessa-nos enfatizar como é conduzido no Projeto Político Pedagógico da instituição em questão, os aspectos do trabalho planejado para linguagem e produção textual. O PPP não deixa claro quais eventos seriam e como seriam conduzidos para contemplar esse objetivo.

Diante dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio no Brasil no que se refere à leitura, interpretação e produção textual, o PPP do CMLEM contempla com pouca notoriedade esses aspectos da linguagem.

Essa observação se faz mediante a proposição das metas 1 e 3:

1. Elevar o índice geral de aprovação dos alunos de 62,2% para 75% até janeiro de 2019.
2. Melhorar consideravelmente o desempenho dos alunos na leitura, interpretação e produção de textos, atingindo o percentual de 80% da clientela, até janeiro de 2019. (PPP, CMLEM, 2018, p. 07)

A escola assume um desafio complexo na contemporaneidade diante do processo de leitura/escrita. Os jovens brasileiros, mesmo em diferentes contextos socioeconômicos, estão inseridos no processo tecnológico das mídias digitais. A presença do *smartphone* nos lares brasileiros é mais notório do que de um livro, propriamente dito.

Sobre esse contexto pode-se dizer também que a escola passou por décadas limitando os processos de leitura. Rojo reafirma essa premissa fazendo-nos refletir

Se perguntarmos a nossos alunos o que é ler na escola, eles possivelmente responderão que é ler em voz alta, sozinho ou em jogral (para avaliação da fluência entendida como compreensão) e, em seguida, responder um questionário onde deve localizar e copiar informações do texto (para avaliação de compreensão). Ou seja, somente poucas e as mais básicas das capacidades leitoras têm sido ensinadas, avaliadas e cobradas pela escola. Todas as outras são quase ignoradas. (ROJO, 2009, p. 79)

No entanto, os que as instituições precisam levar em consideração nos seus Projetos Políticos Pedagógicos, como a finalidade de alcançar êxito nas suas metas e objetivos no campo da linguagem é aumentar/proporcionar a capacidade leitora dos/as alunos/as

Um leitor competente sabe selecionar, dentre os textos que circulam socialmente aqueles que podem atender às suas necessidades, conseguindo estabelecer estratégias adequadas para abordar tais textos. O leitor competente é capaz de ler as entrelinhas, identificando, a partir do que está escrito, elementos implícitos, estabelecendo relações entre o texto e seus conhecimentos prévios ou entre o texto e outros textos lidos. (BRASIL, 1999, p. 70)

Quanto aos princípios educativos contemplados no PPP do CMLEM, a instituição propõe:

Objetivando discutir a qualidade da educação no ensino médio, nós - equipe gestora, professores, funcionários, orientador pedagógico - elaboramos conjuntamente, princípios educacionais que promovam a igualdade de condições para o acesso e permanência na unidade escolar, bem como melhor qualidade de aprendizagem e desenvolvimento do educando. Contudo, ressaltamos a diversidade presente em nossa comunidade em aspectos sociais, econômicos e culturais, que de certa forma, potencializam nosso trabalho. (PPP CMLEM, 2018, p. 08)

Nessa concepção, a escola é ciente que a potencialização do trabalho da equipe escolar juntamente com a comunidade decorre em conhecer-se sob os diversos aspectos, do respeitar-se enquanto diferentes e do objetivo a alcançar enquanto instituição de ensino.

Para tanto, é necessário a participação, como prevê o próprio documento escolar.

(...) A participação é o princípio básico da democracia. Ela não pode se resumir ao instante da eleição, do voto, mas exige abertura para o debate. Na escola, a participação tem múltiplas facetas: "pode-se (deve-se) participar na sua gestão, no desenvolvimento das suas

normas, na seleção de conteúdos, no estabelecimento da metodologia, no processo de avaliação...” (GUERRA, 2002, p. 25)

As atividades realizadas no coletivo proporcionam à educação mais êxito e desenvolvimento. À medida que dividimos responsabilidades e somamos esforços os desafios tendem a serem amenizados e potencializados para os seus enfrentamentos. Como discorre no próprio PPP da escola, “A educação é um processo de construção e reconstrução de conhecimentos, no qual o exercício da ação – reflexão – ação deve ser constante, envolvendo todos os membros do processo de forma dinâmica, ativa.” (Pág. 10) A reflexão-ação-reflexão remete também ao pensamento de Alan Schön⁶ (1980) pelas contribuições à pedagogia moderna. Assim,

“a nova sociedade, decorrente da revolução tecnológica e seus desdobramentos na produção e na área da informação, apresenta características possíveis de assegurar à educação uma autonomia ainda não alcançada. Isto ocorre na medida em que o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais exigidas para o pleno desenvolvimento humano passa, a coincidir com o que se espera na esfera da produção” (BRASIL, 1999, p.23)

A produção do conhecimento pelos seres humanos é para, exatamente, propiciar melhores condições para as sociedades. À medida que esses conhecimentos não atingem os sujeitos, a vulnerabilidade social evidencia. Dessa forma, somente a educação é capaz de equalizar essas divergências e transformar o mundo em um lugar mais justo e igualitário.

Os jovens possuem um poder ainda não, ou desconhecido, nesse processo de transformação social. Outro sujeito importante nesse contexto é o orientador, o motivador, o provocador das mudanças.

A perspectiva sócio-interacionista reforça enormemente a importância da escola e o papel do professor como organizador das situações de aprendizagem. A escola e o professor são

⁶ O pedagogo norte-americano Donald Alan Schön (1930- 1997) foi um pensador influente no desenvolvimento da teoria e da prática da aprendizagem profissional reflexiva na década de 1980 do século XX. Por anos, ele estudou sobre a reflexão na educação, com forte influência dos contributos do filósofo americano John Dewey (1859-1952). Sua contribuição encontra força nesse constructo pela sua congruência com o pensamento complexo e sua aplicabilidade ao currículo inovador, já que a reflexividade permite, tanto quanto possível, a inteligibilidade da variedade dos temas trabalhados simultaneamente na vida ou na prática profissional, convergindo as ciências, a técnica e a arte para a complexidade da condição humana, levando à autonomia e à tomada de consciência da coletividade.

decisivos na aquisição de competências cognitivas complexas, cuja importância vem sendo cada vez mais enfatizada: criatividade, soluções de problemas, análise e prospecção, entre outras (PPP CMLEM, 2018, p. 11)

Como sujeito da ação educativa, segundo o Projeto Político Pedagógico do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães,

O aluno precisa desenvolver a capacidade que todo ser humano possui de criar, de inventar, de se emocionar, de transformar, opondo-se à estética do padrão, expressando a sua identidade nacional, cultural ao tempo em que possa aprender a valorizar e perceber a realidade própria dos gêneros, das etnias e dos diversos territórios culturais integrantes do estado da Bahia e do Brasil. Para tanto a organização escolar no ensino médio deverá promover uma formação integral do aluno (PPP CMLEM, 2018 p. 11)

No âmbito deste contexto, é importante deixar claro que a existência de um Projeto Político Pedagógico (PPP) em uma unidade escolar é um fator fundamental para o bom desenvolvimento dos estudantes e para uma boa gestão. É o PPP que irá demonstrar os ideais da instituição, suas metas e objetivos, além de especificar quais serão os caminhos utilizados para alcançar o que foi proposto em seu texto.

2.6.2 O Projeto Político Pedagógico do CMLEM: Considerações sobre o ENEM

O Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Guanambi Bahia destaca em seu Projeto Político Pedagógico o Exame Nacional do Ensino Médio como principal meio de acesso ao ensino superior. Dessa maneira ações pedagógicas passaram a compor as estratégias de fortalecimento e preparação para o exame. A exemplo,

Os aulões para ENEM se tornaram prática da nossa Escola como oportunidade de aprender mais. Eles acontecem aos sábados que antecedem ao exame e com a colaboração dos pré-vestibulares da cidade.

Os Aulões contemplam, principalmente, os alunos da 3ª série do Ensino Médio e funciona com uma programação diferenciada que compreende desde a revisão de conteúdos, atividades dedicadas ao

relaxamento emocional e dicas que auxiliam na resolução de questões e na otimização do tempo, disponível para resolução das provas. (PPP CMLEM, 2018, p. 13).

Algumas considerações sobre o Exame Nacional do Ensino Médio no referido documento escolar do CMLEM se fazem necessárias, haja vista, a pouca contemplação do ENEM e o enfoque dado apenas ao ingresso no ensino superior e apresentar ações contemplativas apenas à terceira série do ensino médio.

Essa reflexão parte do pressuposto de que o ENEM também avalia a escola, o seu PPP bem como o ensino ofertado aos alunos, mesmo diante de desafios e contextos socioeconômicos e culturais distintos.

Como avaliação institucional nacional, o exame não só mede o desempenho dos alunos, mas o trabalho da instituição e a educação do país. Os resultados remetem à toda as esferas envolvidas no processo o (re)pensar nas ações de políticas públicas educacionais para a melhoria da qualidade da educação.

De acordo com Freitas (2007),

O passo inicial, portanto, é mudar nossa concepção de avaliação passando de uma visão de “responsabilização” para uma visão de participação e envolvimento local na vida da escola (Cf. Freitas et al., 2004). Os mecanismos para esse projeto ocorrer devem ser baseados no projeto político-pedagógico da escola (sintonizado com as políticas públicas de Estado e governo) e no processo de avaliação institucional. (FREITAS, 2007, p. 976)

Mesmo que as avaliações externas não são suficientes para medir a qualidade da educação, embora fragmentadas, elas despertam para o chamamento da reflexão coletiva da instituição visando (re)pensar, (re)programar aspectos importantes do processo educacional da comunidade escolar.

Sabia (2011) propõe que deveria haver em cada escola uma avaliação institucional, e não apenas aquela feita pelo Estado. Assim, espera-se que a escola localize seus problemas e busque melhorias coletivamente.

Dado o exposto, o Exame Nacional do Ensino Médio precisa ser repensado no Projeto Político Pedagógico do Colégio Modelo Luís Eduardo

Magalhães, já que é esse exame, não somente forma de acesso ao ensino superior, bem como suas notas possibilitarão a discussão coletiva para a melhoria da qualidade da educação com propostas de aprendizagem significativas para o alunado.

Citada no PPP, “a Portaria 971/2009 institui o Programa Ensino Médio Inovador, com o objetivo de reestruturar o currículo do Ensino Médio, ampliando o tempo na escola e diversificando as práticas pedagógicas para atender as necessidades e expectativas dos estudantes.” No entanto, percebe-se que não há um enfoque específico para o ENEM.

Será que essa ausência de priorização de ações pedagógicas na escola de ensino médio o motivo das baixas notas e dificuldades de escrever dos alunos, como aponta os resultados desta pesquisa?

É complexo apontar os motivos sem analisar todas as estruturas sociais, econômicas e culturais dos alunos atendidos pelo CMLEM já que a instituição também presa pelo acompanhamento pedagógico como prevê no PPP.

Ofertamos no ano de 2018, 07 turmas, cada uma com duas oficinas de 02 e 03 aulas. No campo de Acompanhamento Pedagógico, formamos cinco oficinas com 02 aulas, trabalhando a produção textual e os conhecimentos matemáticos; uma oficina com 02 aulas no campo de Iniciação Científica e Pesquisa; uma oficina com 02 aulas no campo de Mundo do Trabalho; duas oficinas com 03 aulas no campo de Cultura Corporal; cinco oficinas com 03 aulas no campo de Produção e Fruição das Artes, perfazendo um total de 35 aulas nas sete turmas. Temos ainda, a oficina de Protagonismo Juvenil que é um trabalho desenvolvido pela escola, com todas as disciplinas envolvidas. (PPP CMLEM, 2018, p. 14)

Por fim, as dificuldades enfrentadas pela instituição, bem como as ausências do estado, dos recursos financeiros para maiores investimentos e dos enormes problemas sociais vividos pelos alunos devem ser levadas em consideração da mesma forma que as ações e reflexões vindouras devem contemplar os questionamentos, reflexões e apontamentos levantados nesta pesquisa.

3. METODOLOGIA

O termo Metodologia deriva do latim “*methodus*” e de acordo com o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa significa o caminho ou a via para a realização de algo. Desta maneira, discorreremos a seguir sobre o processo pelo qual se deu a realização do presente estudo. Para isso, buscou-se conhecer o campo de atuação, bem como o público alvo, pois, somente assim seria possível prosseguir com os instrumentos metodológicos adequados para a efetivação do trabalho.

3.1. Área de estudo

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a análise do baixo rendimento de alunos do Ensino Médio, matriculados no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em se tratando da construção de textos aristotélicos. A Figura 03 mostra as dependências do colégio, *lócus* da pesquisa, localizado no município de Guanambi, Sudoeste do estado da Bahia.

De acordo com o Censo Escolar 2017, disponível no site do Qedu o colégio dispõe de 80 funcionários qualificados para desempenhar suas devidas funções, além de possuir infraestrutura adequada para o seu devido funcionamento. Contou no ano supracitado com um total de 1.019 (um mil e dezenove) alunos matriculados entre a 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio.

Figura 03: Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Google Imagens. Disponível em: <https://www.facebook.com/colégiomodeloguanambi>.

3.2. Objetos de estudo

Trataremos agora dos objetos de estudo do trabalho, e para isso, buscou-se com esta pesquisa analisar a dificuldade de argumentação na elaboração de textos aristotélicos atrelada ao baixo rendimento no ENEM por parte dos alunos do ensino médio matriculados no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (Figura 03).

Para tanto, as análises incidiram sobre as notas das Redações do Enem no período de 2014 a 2017 disponibilizadas pelo site Qedu, além da aplicação de questionários aos alunos visando obter informações inerentes ao seu processo de ensino-aprendizagem.

3.3. Métodos

Esta pesquisa constitui-se em uma investigação das características da redação do ENEM, de sua estrutura organizacional e retórico-argumentativa, tendo em vista a relevância desse gênero textual. O método que será utilizado é o indutivo, partindo do estudo dos textos dos candidatos da referida escola de Guanambi para uma visão geral dos (as) alunos (as) brasileiros (as) no que se refere às dificuldades na construção da redação do Enem.

E sobre este método Lakatos e Marconi (1995), fazem as devidas inferências:

- a) **observação dos fenômenos** – nessa etapa observamos os fatos ou fenômenos e os analisamos, com a finalidade de descobrir as causas de sua manifestação;
- b) **descoberta da relação entre eles** – na segunda etapa procuramos por intermédio da comparação, aproximar os fatos ou fenômenos, com a finalidade de descobrir a relação constante existente entre eles;
- c) **generalização da relação** – nessa última etapa generalizamos a relação encontrada na precedente, entre os fenômenos e fatos semelhantes, muitos dos quais ainda não observamos (e muitos inclusive inobserváveis). (LAKATOS; MARCONI, 1995, p. 87)

Ainda sobre a caracterização a pesquisa ser tida como descritiva, pois, como citam Cervo e Bervian (1996, p. 50), buscam o “estudo e a descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou

realidade pesquisada”. Este tipo de estudo é importante, pois, se constitui mais amplo e completo, sendo mais eficaz para o perfil da pesquisa em questão, a análise dos rendimentos dos alunos em Redações do ENEM.

Por se tratar de uma investigação sobre causas e consequências gerados dos atuais resultados das redações do ENEM, pode-se afirmar que a pesquisa possui cunho quali-quantitativo e sobre isso Goldenberg (1997) afirma que:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. (GOLDENBERG, 1997, p. 34)

Para complementar a pesquisa qualitativa, o método quantitativo emprega a quantificação, em modalidades de coleta de informações, ou no tratamento destas, por meio de técnicas estatísticas. Para coletar dados sobre a vida acadêmica dos alunos também foi aplicado um questionário contendo 12 questões objetivas referentes ao cotidiano dos alunos.

O método quantitativo se aplica, em geral, aos estudos descritivos (aqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis), que se propõe a investigar “o que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal (RICHARDSON, 1989).

Para subsidiar o estudo foram realizadas leituras prévias dos acervos disponíveis que estivessem de acordo com o tema e fossem necessários para a fundamentação deste trabalho, caracterizada como pesquisa documental ou bibliográfica e segundo Gil (2007), consistem em proporcionar maior familiaridade com o tema proposto, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Tais feitos se dão por meio de (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

3.4. Procedimentos Metodológicos

A princípio foi feita e apresentada à direção da instituição uma carta de apresentação do projeto.

Logo após a autorização da instituição para prosseguir com a pesquisa, foi descrito o perfil histórico dos textos Aristotélicos e do ENEM, em seguida conceituou-se a argumentação de acordo com os preceitos de Aristóteles e Platão, bem como firmados nas competências criadas pelo Inep.

Prosseguiu-se com a análise das redações do ENEM (anos 2014 a 2017), e identificação das dificuldades encontradas para a construção de tais textos. Ademais, analisou-se o contexto socioeconômico dos estudantes, é válido ressaltar aqui que foi feito um estudo minucioso do PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição, da BNCC e seus benefícios para a comunidade estudantil, além da aplicação de um questionário contendo 12 questões objetivas inerentes ao cotidiano dos discentes.

Após as análises supracitadas, e com os dados coletados foi possível realizar uma ampla discussão sobre a efetividade na construção dos textos Aristotélicos e as principais barreiras encontradas para justificar o baixo rendimento de estudantes da rede pública estadual, em especial dos alunos do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM).

3.5. Amostra

O público-alvo da amostra de estudo contemplou alunos do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Guanambi-Bahia (Figura 03). Assim, foram observadas e analisadas as notas obtidas pelos estudantes da referida instituição nas redações do ENEM, nos anos de 2014 a 2017. “Não basta o pesquisador obter uma amostra qualquer da população estudada, mas uma amostra representativa, ou seja, uma amostra que realmente represente a população, caso contrário os resultados podem ser contestados” (BRYMAN, 1989).

Este tipo de pesquisa por amostragem é denominado como amostragem probabilística que tenta diminuir o impacto dos erros existentes neste tipo de

investigação e segundo Babbie (1999), é eficaz, pois, busca representar de maneira igualitária todos os membros e vieses da população ou tema do qual se pretende extrair dados.

3.6 Instrumento de coleta de dados

Para subsidiar esta pesquisa, foram utilizados como instrumentos metodológicos os dados disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, além de informações disponíveis na página do Qedu.

A fim de possibilitar a realização da pesquisa documental, foram realizadas leituras em artigos, livros e revistas que tratassem especificamente da temática em questão. Através do Projeto Político Pedagógico – PPP do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Guanambi – Bahia (Figura 03) foi possível conhecer o contexto educacional da instituição. E por fim, com a análise das redações do ENEM disponibilizadas pelos estudantes verificaram-se as principais dificuldades e acertos em relação aos textos dissertativo-argumentativos.

Sequencialmente, os resultados foram divididos em duas vertentes: a primeira vertente qualitativa: faz referência aos dados coletados nos sites supracitados (site do INEP e Qedu) e análise das redações. Quanto a segunda vertente quantitativa, procedeu-se com a análise das informações colhidas quanto às notas obtidas pelos alunos do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Guanambi – Bahia (Figura 03) nas redações do ENEM dentro dos anos estudados, além dos dados obtidos com a aplicação do questionário.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante dos resultados obtidos a partir da análise das redações e das informações elencadas acerca do desempenho dos estudantes no ENEM, com foco nos anos 2014, 2015, 2016 e 2017 este capítulo tratará de apresentar as descobertas feitas no decorrer do trabalho, além de estabelecer relações com a literatura disponível fazendo inferências sobre supostas causas e consequências, a fim de que se possam tirar conclusões acerca da temática em estudo nesta pesquisa.

Para iniciarmos, cabe citar a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, onde as mídias sociais e tudo o que nos cerca se conectam com a leitura e a escrita, deparamo-nos com um grande impasse em se tratando do hábito de ler, e, conseqüentemente com a prática de uma boa escrita. Sabe-se que os registros da criação da primeira Prensa, bem como o começo do acesso à leitura deram-se por volta de 500 anos atrás. (BRIGGS E BURKE, 2012)

A impressão do primeiro livro do mundo, a Bíblia, só se completou no ano de 1455, todavia, o acesso à leitura ainda era restrito. Contudo, na sociedade pós-moderna imersa em tecnologias, onde se pode adquirir o conhecimento por variados meios, veem-se sujeitos incapacitados de lidar com as informações recebidas e de transcrevê-las, tornando-se receptores passivos. (BRIGGS E BURKE, 2012)

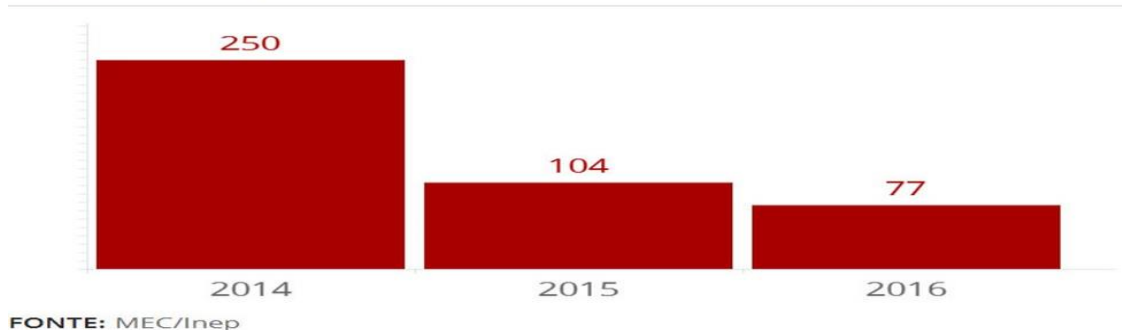
Zilberman (1988) afirma que a leitura se desenvolveu como prática Social após a Revolução Industrial, quando se implantou um sistema escolar único e gratuito aumentando assim o número de sujeitos aptos a leitura. Sendo assim, a escola foi quem forneceu leitores para o mercado que gerou material a ser empregado durante a fase de escolarização – o livro didático.

Para reafirmar o pensamento acima disposto, na Figura 04 a seguir mostra a evolução dos resultados das redações do ENEM por ano, com números decrescentes, mesmo com a insurgência a cada dia de novas fontes de informações e conhecimentos.

Figura 04: Redações do Enem

Redação do Enem

Veja a evolução do número de notas mil na prova



Infográfico elaborado em: 18/01/2017

Fonte: INEP. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao>.

Temos um contexto atual permeado pelo surgimento dos meios audiovisuais de telecomunicações e ao contrário do que muito se pensou a leitura/escrita não perdeu espaço. Em conformidade com Cavallo e Chartier (2002), na atualidade os textos transmitidos por vias eletrônicas indicam a terceira revolução da leitura. Entretanto, para os autores, ler em uma tela quebra o elo físico que existia entre o objeto impresso e o texto.

Nessa conjuntura, surge um problema ligado às novas tecnologias, pois, sobre elas incide a procura primordial pela diversão e não pela aprendizagem e é aí que encontramos leitores superficiais e incapazes de fazer reflexões críticas sobre o que leem.

Os meios de comunicação em massa de nossa contemporaneidade causam influências diretas sobre a formação social e cultural dos sujeitos, originando certa massificação da linguagem – por serem muito usados chavões, lugares-comuns, abreviações – ocasionando a diminuição do senso crítico sobre as informações obtidas.

A Figura 05 abaixo mostra a dependência das pessoas para com as mídias sociais em nossa sociedade atual, visto que a maioria das pessoas possui acesso à internet a qual vem sendo utilizada em vários contextos. No entanto, como pode ser visto na imagem, há quem faça uso excessivo destas ferramentas e não consegue obter seus benefícios quando necessário.

A facilidade em encontrar informações nos meios virtuais faz com que o sujeito não tenha o hábito de ler livros impressos ou utilizar outros materiais,

mesmo que seja para estudar. Na maioria dos casos, as mídias sociais são utilizadas apenas para entretenimento e as informações nelas contidas não são assimiladas pelos leitores.

Figura 05: As mídias sociais e a dependência dos sujeitos



Fonte: Google Imagens. Disponível em: <http://navegandola.blogspot.com/2011/09/torna-se-crucial-para-o-professor.html>.

A elaboração de um texto argumentativo requer que o autor transmita credibilidade e esta deverá associar-se a argumentos coerentes que estejam relacionados com a realidade na qual se inserem os sujeitos e até mesmo a estudos previamente realizados, tornando-se uma tarefa interdisciplinar e complexa.

A Figura 07 a seguir reflete a deficiência quanto à elaboração de textos por parte dos alunos em fase final do ensino médio, é coerente citar aqui que o problema acima mencionado também pode ser visto dentre os estudantes do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM), demonstrando que suas produções textuais estão longe de alcançarem os critérios definidos pelo INEP, ao observar que apenas 104 redações obtiveram pontuação máxima na redação, valendo salientar que foram efetuadas 8.478.096 milhões de inscrições no ENEM no ano de 2015.

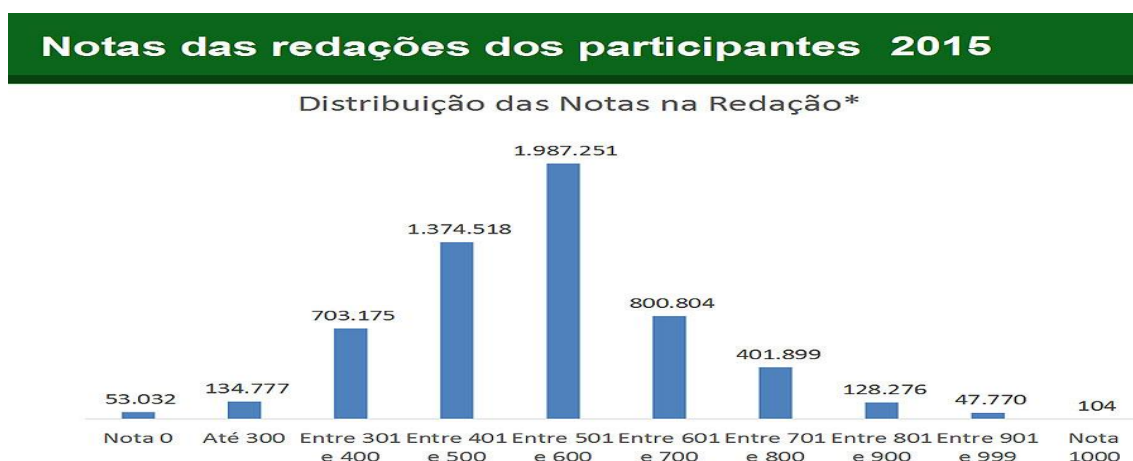
A figura 06 ligeiramente abaixo a figura 07 mostra-nos um dado importante, porém, nada satisfatório em se tratando da evolução por ano quanto às notas das redações do ENEM. O número de alunos que conseguem tirar a nota 1000 em suas produções tem diminuído consideravelmente a cada edição

do exame, fato que tem preocupado profissionais e estudiosos, visto que em 2016 apenas 77 estudantes conseguiram a pontuação máxima.

A edição do Exame Nacional do Ensino Médio de 2017 contou com apenas 53 redações que receberam nota 1000, ou seja, mais uma vez os estudantes não tem conseguido elaborar textos que se enquadrem aos critérios pré-estabelecidos pelo INEP. Outro fator preocupante é o considerável aumento das notas zero atribuídas as redações o que comprova a dificuldade dos alunos quanto a elaboração de textos argumentativo-dissertativos.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Inep, mais de 309 mil dos 4,7 milhões de candidatos que fizeram a redação do ENEM em 2017 tendo como tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”.

Figura 06: Resultados das redações em 2015



Fonte: INEP. Disponível em: <https://blogdoenem.com.br>.

A partir dos resultados obtidos pelos estudantes e dispostos na figura anterior, é importante salientar que conforme a ideia de um famoso ditado popular “a prática leva à perfeição”, ou seja, além de dedicação e muito estudo a realização diária de produções textuais leva o estudante a se aperfeiçoar e se familiarizar com as competências e habilidades necessárias para a realização de uma redação com excelência. Temos visto alunos que não exercitam a prática da escrita, exceto nas aulas.

A seguir a figura 07 demonstra os resultados dos alunos nas redações do ENEM em 2016.

Figura 07: Resultados das redações em 2016



Fonte: INEP. Disponível em: <https://blogdoenem.com.br/resultado-enem-2016-medias/7-73/>.

Na edição realizada em 2016, dos mais de 6 milhões de participantes do ENEM que fizeram a redação com tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", 291 mil estudantes, totalizando 4,5 % do total tiveram nota zero.

De acordo com os corretores das redações em dados divulgados pelo INEP as notas baixas ou zero atribuídas aos estudantes se justificam por fatores como fuga do tema, texto insuficiente, uso de partes desconexas, não atendimento ao tipo textual e cópia do texto de apoio.

No entanto, a presidente do INEP, Maria Inês Finji, afirma que "A fuga ao tema ocorre em todas as edições do exame. Isso é absolutamente normal, não chama tanto a atenção", a maior falha dos estudantes quanto à elaboração dos textos, ainda continua sendo a falta de argumentos suficientes para a construção de um texto que atenda desde a tipologia textual até os quesitos gramaticais.

É preciso que se tenham algumas habilidades pessoais necessárias para que ocorra a compreensão: decodificar símbolos linguísticos; compreensão de significados; interpretação de ideias de forma sequenciada; analogias; comparações; linguagem figurada; relações complexas e, ainda, é preciso que se façam previsões iniciais sobre o significado do texto e etc., todas elas adequadas ao tipo de material do qual se dispõem (SOARES, 2009).

A partir do pensamento supracitado, é notório que a sociedade atual exige sujeitos autônomos e capazes de abarcar competências dentre as quais estão o

domínio da leitura e da escrita. Mas, apesar do fácil acesso aos mais variados tipos de leitura, muitos autores afirmam que os brasileiros são alfabetizados, mas não são letrados.

Então, isso implica dizer que as leituras feitas em nosso mundo tecnológico são superficiais, onde as informações são lidas, mas não são assimiladas, fato este que impede o leitor de ter argumentos suficientes para a elaboração de textos coerentes e coesos.

Para corroborar com o pensamento acima descrito citamos Soares (2009) que dá significância a palavra Letrado, referindo-se ao estado ou condição que o indivíduo ou o grupo social passa a ter, sob o impacto das mudanças de âmbito social, cultural, político, econômico, cognitivo e linguístico alcançado através da escrita quando este ou aquele aprende a usá-la socialmente. Ou seja, ser letrado é saber fazer uso social da leitura e da escrita.

Ainda legitimando as ideias dispostas anteriormente Freire (1996) assegura que ser alfabetizado é tornar-se capaz de usar a leitura e a escrita como meio de se situar na realidade e de transformá-la. Ele ainda faz ressalvas sobre o caráter revolucionário do letramento, entretanto, reconhece-o como libertador ou domesticador do homem.

De acordo com os sistemas de avaliação existentes no Brasil, cita-se o ENEM, para o brasileiro, especialmente as crianças e jovens em idade escolar o hábito da leitura não é presente em suas rotinas, para eles tal prática não é vista como instrumento de crescimento pessoal (intelectual) e profissional.

Cabe aos novos sistemas educacionais mostrar ao aluno que ler e escrever neste contexto atual significa olhar criticamente, selecionar e organizar as informações que se leem para que assim se tenha argumentação forte o suficiente para a produção de textos argumentativos.

O ensino precisa voltar-se para o desenvolvimento de competências que perpassem a mera transmissão de informações e propicie o exercício de transferência de conhecimentos de um sujeito para outro. Quando os conteúdos escolares são trabalhados de maneira contextualizada, torna-se mais fácil relacionar pensamentos e ações para que assim os sujeitos se tornem capazes de sustentar argumentos.

Para corroborar com este pensamento, buscamos a ideia de Sartre (2004), na qual ele atrela indistintamente a leitura à escrita, salientando que

ambas só existem se em constante movimento e interligadas com as relações do discurso.

Em nenhuma outra atividade essa dialética é tão manifesta como na arte de escrever. Pois o objeto literário é um estranho pião, que só existe em movimento. Para fazê-lo surgir é necessário um ato concreto que se chama leitura, e ele só dura enquanto essa leitura durar (...). Ler implica prever, esperar. Prever o fim da frase, a frase seguinte, a outra página; esperar que elas confirmem ou infirmem essas previsões; a leitura se compõe de uma quantidade de hipóteses, de sonhos seguidos de despertar, de esperanças e decepções; os leitores estão sempre adiante da frase que lêem, num futuro apenas provável, que em parte se desmorona e em parte se consolida à medida que a leitura progride, um futuro que recua de uma página a outra e forma o horizonte móvel do objeto literário. Sem espera, sem futuro, sem ignorância, não há objetividade. Ora, a operação de escrever comporta uma quase-leitura implícita que torna impossível a verdadeira leitura. (JEAN PAUL-SARTRE, 2004, p. 35)

Lemes (2013) afirma que saber expor ideias com clareza e sustentar argumentos são aptidões importantes não somente nas salas de aula, mas também influenciam na formação de cidadãos atuantes na sociedade. No entanto, o que se tem visto são alunos que saem da escola com dificuldades para argumentar, defender teses e construir pontos de vista.

Pécora (1999), autor que buscou traçar um diagnóstico importante sobre a dificuldade em argumentação por parte de alguns alunos, enfatiza que antes de se apontar problemas de oração, de coesão textual ou de argumentação nos textos, precisam-se identificar e analisar o nó existente a partir do estudo das condições históricas da escrita escolar.

Mosca (1999, p. 20-31) afirma que Aristóteles apontava a Retórica como uma importante atividade humana da qual os sujeitos poderiam extrair os argumentos, as provas e outros meios de persuasão (*inventio*), o arranjo das partes do texto (*dispositio*), os recursos de expressão (*elocutio*) e, também os elementos presentes na oralidade (ritmo, pausa, entonação, timbre de voz) capazes de subsidiar a defesa dos pontos de vista.

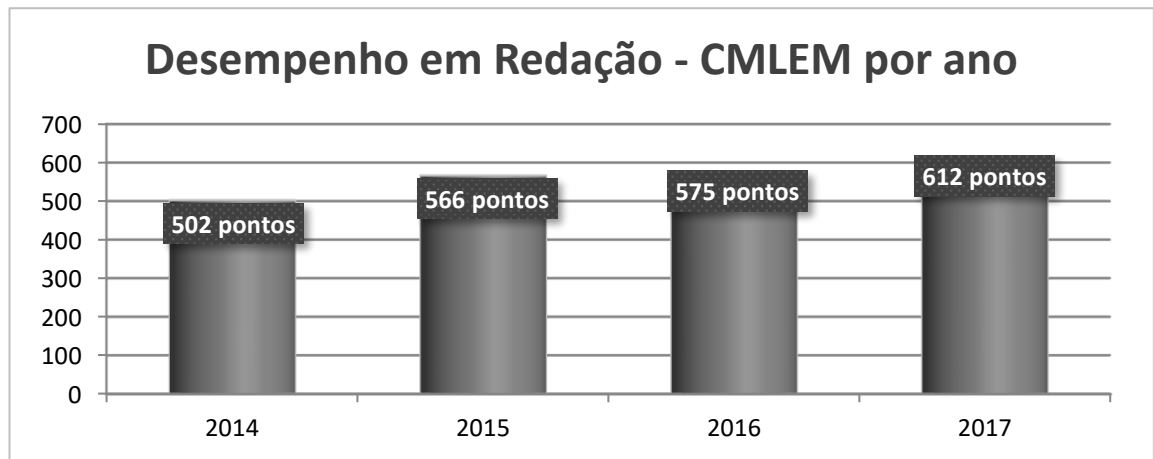
Sobre tais pressupostos constitui-se de suma importância o trabalho voltado para o planejamento do texto dissertativo argumentativo, tal qual a sua estrutura que é subdividida em quatro partes principais. Este modelo tem sido trabalhado nas aulas de redação, no entanto, quando se trabalha a estrutura, mas não se ensina à temática, a cenografia e a movimentação da atividade

discursiva, enfim a linguagem enquanto agente transformador do mundo e dos sujeitos, não se possibilita aos estudantes obter resultados satisfatórios em suas produções.

As constatações acima dispostas mostram que a escola precisa mudar qualitativamente os processos de aprendizagem. E para que isso ocorra as aulas precisam ser interativas, criativas, com percepção visual, e favoreçam o senso de responsabilidade, a autoestima, a consciência crítica, a motivação pela pesquisa, o raciocínio lógico, a capacidade de concentração, a comunicação e expressão, que se obtém quando há troca de ideias e cooperação entre educador e alunos (FREIRE, 1987).

No Gráfico 01 a seguir, é possível observar o resultado das redações do ENEM nos anos de 2014, 2015 e 2016 no CMLEM.

Gráfico 01: Desempenho em redação – CMLEM por ano



Fonte: QEdu.org.br. Microdados do Enem/ Inep (2014, 2015, 2016 e 2017).

Ao nos depararmos com os dados dispostos acima poderíamos formular duas hipóteses. Em um primeiro momento imputaríamos a culpa do baixo rendimento aos alunos das escolas públicas, em destaque no gráfico 01 acima os estudantes do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM) tidos como fracos, desinteressados e indisciplinados. Outra hipótese diria respeito aos conteúdos que são abordados em sala de aula nas aulas de Língua Portuguesa e Redação, no tocante à escrita de textos dissertativos.

A primeira hipótese está firmada nas seguintes premissas: o “fracasso escolar” se dá principalmente por parte do alunado quando este não se empenha

em praticar a leitura rotineiramente ou lê apenas superficialmente e sem assimilar as informações, e desse modo não acumulam conhecimentos suficientes para embasar uma boa argumentação em textos dissertativos, visto que a avaliação desses textos é feita por meio de critérios previamente especificados.

A partir da análise do gráfico acima, é possível ver a insuficiência dos resultados em se tratando de textos Aristotélicos, por parte dos alunos do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM) e nessa conjuntura, é preciso entender os fatores que permeiam essa realidade.

A princípio, Cagliari (2000) ressalta que a escrita é precedida pela leitura e que, portanto, aquele que escreve só é capaz de fazê-lo se souber ler e, dessa maneira, a progressão daquele que aprende a ler difere dos demais, uma vez que a falta de tal habilidade acomete muitas dificuldades no percurso escolar do sujeito.

Nessa conjuntura, a tabela 02 a seguir demonstra o quanto a leitura permeia a vida dos estudantes que cursam o Ensino Médio no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM), lembrando que os dados foram colhidos através da aplicação de um questionário aos alunos.

Tabela 02: Alunos do CMLEM e o hábito da leitura			
Hábito de Ler	Número de livro que ler por ano	Onde busca informações	Onde ocupa mais tempo
Ocasionalmente	05 ou mais livros	<i>Internet</i>	<i>Internet</i>
Semanalmente	05 ou mais livros	Jornal	<i>Internet</i>
Ocasionalmente	03 a 05 livros	<i>Internet</i>	<i>Internet</i>
Ocasionalmente	03 a 05 livros	<i>Internet</i>	<i>Internet</i>
Diariamente	05 ou mais livros	<i>Internet</i>	<i>Internet</i>
Não lê com frequência	Nenhum	<i>Internet</i>	Televisão
Ocasionalmente	01 a 02 livros	<i>Internet</i>	<i>Internet</i>
Ocasionalmente	03 a 05 livros	<i>Internet</i>	<i>Internet</i>
Ocasionalmente	03 a 05 livros	<i>Internet</i>	<i>Internet</i>

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Pela tabela 02 acima, é possível entender que apesar de presente na vida de maioria dos estudantes do CMLEM a leitura ainda pode ser considerada como uma atividade pouco rotineira. Nesse sentido, a busca de informações é cada vez maior nas ferramentas disponibilizadas pela *Internet*, de fato, a leitura

também se faz presente nesses meios, no entanto, quando se recorre a eles busca-se em primeiro lugar pelo entretenimento.

Segundo especialistas e tendo como base Perelman (1997) uma das explicações para que os alunos saiam do Ensino Médio com dificuldades na escrita é a falta de embasamento teórico mais profundo em sala de aula. Para eles é importante que os conceitos sobre a Teoria da Argumentação sejam apresentados aos alunos ainda no ensino médio.

Isso não significa dizer que eles precisem aprofundar nos estudos sobre a Retórica de Aristóteles, mas, é salutar que os estudantes pelo menos conheçam os conceitos básicos desta teoria, como por exemplo, hipótese, argumento e persuasão, habilidades estas que se fazem indispensáveis para a produção de um texto dissertativo e que estão presentes nas avaliações das redações do ENEM segundo os critérios do MEC.

Sob essa ótica, conforme pode ser visto na Figura 08 abaixo os estudantes encaram o ENEM como um processo difícil e se veem sem preparação para enfrentar tal avaliação. Isso se confirma ao nos pautarmos na ideia mencionada no parágrafo acima, o conhecimento teórico trabalhado no ensino médio ainda é insuficiente para que o aluno saia preparado para a realização do exame.

Mas, se junta a isso o fato de que a geração atual vive imersa em tecnologias e não busca o conhecimento por si só, vive sempre a espera que seus caminhos sejam direcionados por terceiros.

Figura 08: Charge



Fonte: Google Imagens. Disponível em: <http://ciceroart.blogspot.com/2010/11/enem-sabemos-no-que-vai-dar.html>.

Sob essa ótica, tendo como base a premissa de que é preciso ensinar a produção de textos, é importante pautarmos nossas discussões nas orientações dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio – PCNEM e PCN+EM, na Matriz de referência da redação do ENEM e em contribuições teóricas da retórica aristotélica.

O Edital nº 01, de 08 de maio de 2013, do ENEM 2013, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP destaca que

a proposta da Redação do Enem é elaborada de forma a possibilitar que os participantes, a partir de uma situação-problema e de subsídios oferecidos, realizem uma reflexão escrita sobre um tema de ordem política, social ou cultural, produzindo um texto dissertativo-argumentativo em prosa. (BRASIL, 2013, p. 1)

A produção dos textos deve seguir as cinco competências ditadas pelo MEC/INEP, dispostas a seguir

Competência 1: Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita;

Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento, para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo;

Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;

Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação;

Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. (In: Manual de capacitação para a avaliação das redações do ENEM/2014, p. 21)

Para prosseguir com a análise dos resultados das redações do ENEM disponibilizados pelo INEP, faz-se necessário que se discorra sobre as competências mencionadas acima e os seus principais pressupostos. As aptidões dispostas anteriormente mostram uma discrepância entre aluno ideal (idealizado de acordo com as competências supracitadas) e aluno real (estudante das escolas públicas brasileiras), observadas a partir da divulgação dos rendimentos dos participantes no exame.

Sabe-se que é imposto um modelo de redação no qual se almeja um aluno perfeito, capaz de satisfazer as condições necessárias para receber nota mil no

texto produzido. No entanto, o que se pode observar são falhas desde os métodos de ensino até o contexto sociocultural de cada indivíduo, muitas vezes carente de informações e conhecimentos necessários para elaboração de textos de cunho argumentativo.

Nesse ensejo, de acordo com Leal (2015), discorreremos a seguir sobre as cinco competências do Enem e suas inferências: a primeira competência diz respeito ao domínio da norma culta da escrita, onde se implica que o sujeito possua conhecimento sobre a escrita formal da Língua Portuguesa. Esta competência anseia que o participante faça uso da língua formal e obedeça às normas gramaticais.

A segunda competência implica que o participante deve compreender a proposta de redação e desenvolvê-la em forma de texto dissertativo-argumentativo, ou seja, é preciso que o candidato elabore um texto no qual estejam presentes um conjunto de argumentos defensores do ponto de vista do autor. Sendo assim, o aluno deve desenvolver sua redação pautada em uma argumentação sólida, onde haja articulação entre os elementos textuais, tornando o texto coerente.

Já a terceira competência faz referência ao modo pelo qual o participante seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. Aqui, é avaliada a maneira pela qual o sujeito interfere na situação que lhe é apresentada na proposta de redação. O candidato precisa então, escrever uma redação que apresente argumentos que justifiquem sua posição perante o tema proposto.

O quarto critério avaliativo remete-se a capacidade de o participante demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação, neste ponto o aluno participante deve mostrar conhecimentos acerca da língua portuguesa e a mecanismos essenciais para a construção de um texto argumentativo. Implica dizer que esta competência diz respeito à estruturação textual e a utilização de elementos de coesão.

A última competência, elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos, estima-se que o candidato intervenha de maneira eficaz para a possível solução da problemática em questão.

Em suma, as competências acima mencionadas referem-se à exterioridade do aluno, sujeito participante, pois denotam o conhecimento desses dicentes sobre a língua. De acordo com tais critérios avaliativos o candidato deve possuir habilidades que o façam interpretar corretamente, dominar a língua culta, selecione ideias e argumentos além de elaborar uma proposta de intervenção perante o problema exposto.

Após a síntese sobre as competências relativas à elaboração da Redação do ENEM, analisemos os resultados obtidos pelos estudantes.

Conforme pode ser visto no Gráfico 01 localizado na página 72 deste trabalho os textos produzidos por alunos do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM), ainda possuem grandes deficiências em relação ao que é desejável, principalmente ao referimo-nos a argumentação. Para subsidiar essa afirmação recorreremos à fala de Perelman (1997)

A argumentação tem como objeto o estudo das técnicas discursivas cujo intuito é ganhar ou reforçar a adesão das mentes às teses que se lhes apresentam ao assentimento. Toda argumentação pressupõe um orador, aquele que apresenta um discurso (o qual pode, aliás, ser comunicado tanto por escrito como verbalmente), um auditório, aqueles a que visa a argumentação (o qual pode identificar-se com o orador, na deliberação íntima) e uma finalidade, a adesão a uma tese ou o crescimento da intensidade da adesão, que deve criar uma disposição à ação e, se for o caso, desencadear uma ação imediata. (PERELMAN, 1997, p. 324)

Frente a essa problemática, é cabível dizer que a capacidade de produção textual é desenvolvida de forma processual, onde existe a necessidade de um trabalho sistematizado de se ensinar a escrever, abarcando fatores como o conteúdo e a forma relativos ao texto que será construído.

Essa preocupação com a produção e o ensino de textos argumentativos está sendo amplamente discutida em diversos estudos, desenvolvidos em distintas instituições acadêmicas, tendo em vista a baixa qualidade dos textos produzidos pelos alunos concluintes do ensino médio.

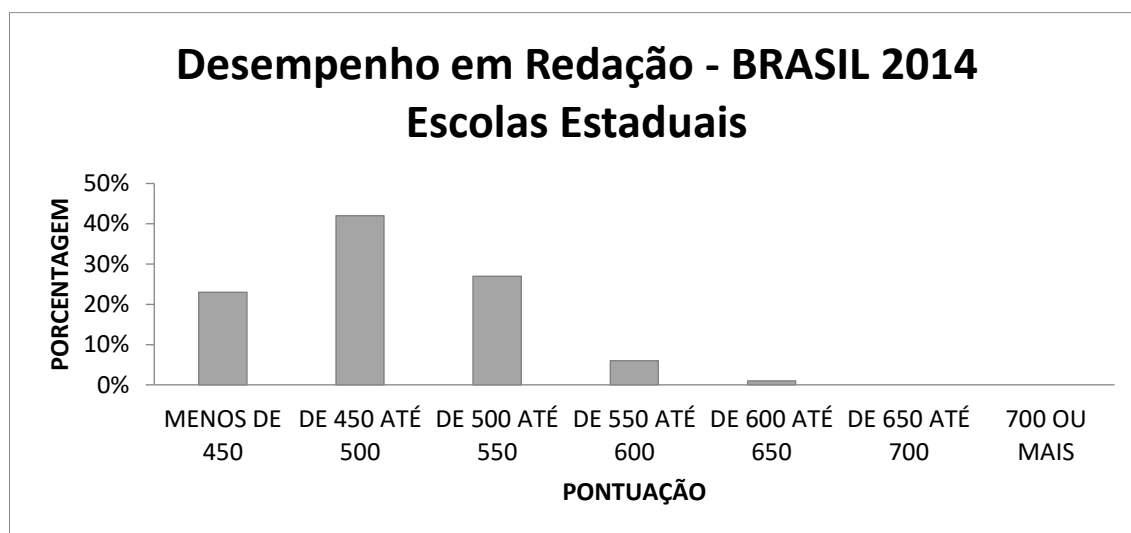
Pode-se ressaltar aqui que a dificuldade apresentada pelos alunos em defender pontos de vista decorrem da falta de ordenação de ideias dentro de uma redação que exige causa e consequência, acrescida da falta de conhecimento sobre a norma culta ocasionando aos estudantes dúvidas ao tentarem explicar e defender alguma posição.

Sobre a problemática citada no parágrafo anterior é importante ressaltar que muitas vezes as aulas de Redação nas escolas públicas brasileiras não contemplam as dificuldades dos alunos, seja pela quantidade ou pelo método de trabalho.

Aos serem questionados sobre isso, os alunos do CMLEM participantes desta pesquisa afirmaram que durante seu percurso pelo Ensino Médio o maior quantitativo de aulas de redação por semana que tiveram foi de 02 aulas, já chegando a não ter nenhuma.

Para complementar as informações anteriores, a partir da análise dos gráficos abaixo, constata-se que a dificuldade de articulação de ideias é recorrente na maioria das escolas⁷ brasileiras e que não tem tido significativa melhora com o correr dos anos. Vale ressaltar que o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM) está inserido nestes dados juntamente com todas as outras escolas estaduais.

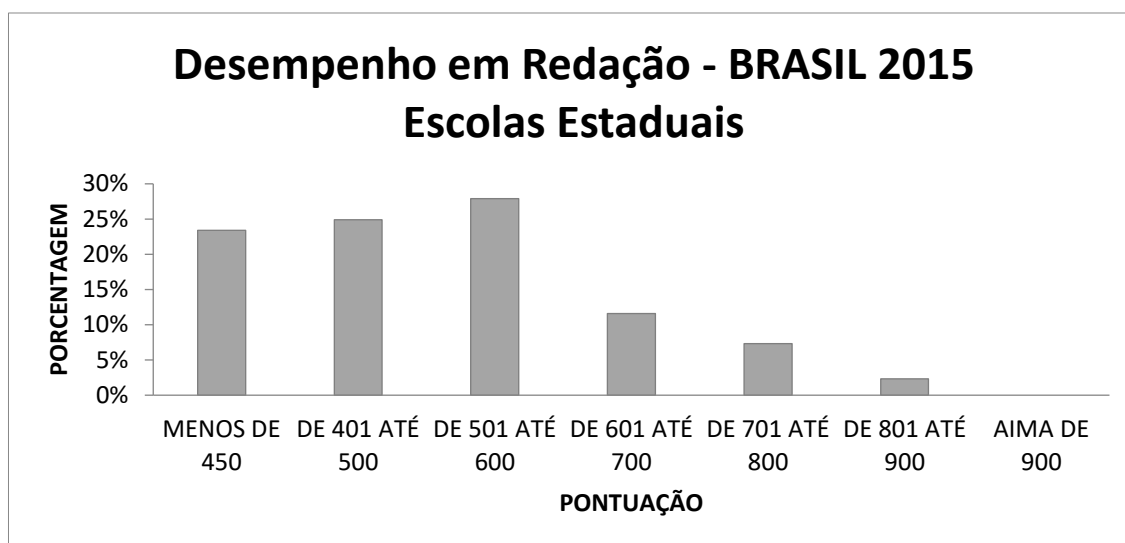
Gráfico 02: Desempenho em redação – escolas estaduais (2014)



Fonte: QEdu.org.br. Microdados do Enem/ Inep (2014).

O gráfico 03 a seguir apenas vem complementar os dados supracitados, referendando as afirmações onde se encontram dispostas as notas baixas dos alunos no que tange a redação do Enem.

⁷ Vale ressaltar que os dados disponibilizados pelo site QEdu.org.br contabilizou a análise de 5966 escolas estaduais em todo o território nacional nos anos referenciados nos gráficos.

Gráfico 03: Desempenho em redação – escolas estaduais (2015)

Fonte: QEdu.org.br. Microdados do Enem/ Inep (2015).

As constatações que são evidenciadas a partir da análise dos gráficos se interligam com dados obtidos em investigação feita por Maria Thereza Fraga Rocco (1981) tendo como título Crise na Linguagem, onde foram analisadas 1.500 redações produzidas por candidatos que prestaram os vestibulares da FUVEST, em 1978.

Com essa importante pesquisa Rocco (1981) viu que os textos produzidos possuíam o uso exagerado de clichês e frases feitas, além da falta de coesão.

Para resumir, podemos afirmar que tanto no plano frástico/interfrástico quanto no do texto todo (visto que são planos imbricados), a linguagem dos vestibulandos, de modo geral, caracterizou-se como não-coesiva, incoerente, apresentando sérias rupturas de nexos lógicos, altamente permeada de clichês e frases feitas e muito pouco, ou melhor, raríssimamente original e criativa. (ROCCO, 1981, p. 247)

Hoje, algumas décadas após a pesquisa feita por Rocco, ainda se pode perceber, a partir dos dados apontados nos Gráficos 01 (página 69), 02 e 03 os mesmos problemas com coesão e coerência e a falta de argumentos nos textos dissertativos analisados pelo ENEM. Uma falha que também pode ser citada como condicionante para as notas baixas em textos argumentativos é a falta de recursos linguísticos disponíveis, que ocasionam a falta de sentido nas redações.

Aristóteles (1404b/2005), já ressaltava que a clareza é um fator indispensável no que tange a elaboração de textos de qualquer natureza,

sobretudo nos argumentativos, pois estes necessitam apresentar justificativas plausíveis e provas suficientes para a defesa dos argumentos.

O estudante que realiza o ENEM necessita dominar a língua portuguesa de modo que ao ser avaliado o participante mostre-se capacitado a ler e escrever textos dos mais variados gêneros e que estejam em circulação na sociedade, para que assim consiga organizar conhecimentos e utilizá-los de acordo com a norma culta da língua portuguesa. (BRASIL, 1999)

Sob esta ótica, compreende-se que a deficiência dos alunos quando se trata de produções escritas relacionam-se com as concepções de linguagem e de escrita, visto que ambas se interligam, e também a maneira pela qual são trabalhadas dentro da sala de aula. Henry (2013) afirma que se precisa renunciar a concepção de linguagem como instrumento de comunicação, uma vez que tal concepção constitui-se reducionista e representa uma pequena parte de um grande *iceberg*.

Embora seja possível apresentar pontos de vista favoráveis em uma dissertação, mesmo que esta possua erros de ordem gramatical, muitas vezes, em virtude dos problemas supracitados a compreensão do texto fica prejudicada.

A eficácia das argumentações em uma redação também se firma quando se é feito bom uso de todos os elementos linguísticos, dessa maneira um texto pautado nas normas cultas apresentam vantagens sobre textos que não apresentem tais características. (BRASIL, 1999). Portanto, selecionar as expressões e organizar as ideias sem fazer uso de ambiguidades já faziam parte de sugestões propostas por Aristóteles na *Retórica*.

Logo, para que haja mudança na escrita dos estudantes brasileiros é necessário que sejam desenvolvidas competências e habilidades que mostrem a eles como fazer uso dos mecanismos disponíveis na língua. O aprofundamento dos conhecimentos e conteúdos trabalhados em sala de aula também favorece a melhoria dos resultados dos alunos.

4.1 Vista pedagógica de redações: caminhos para a produção do texto e como ele é corrigido

Submetendo o texto às bancas corretoras supervisionadas pelo INEP, os candidatos do ENEM aguardam temerosos pela nota que receberão.

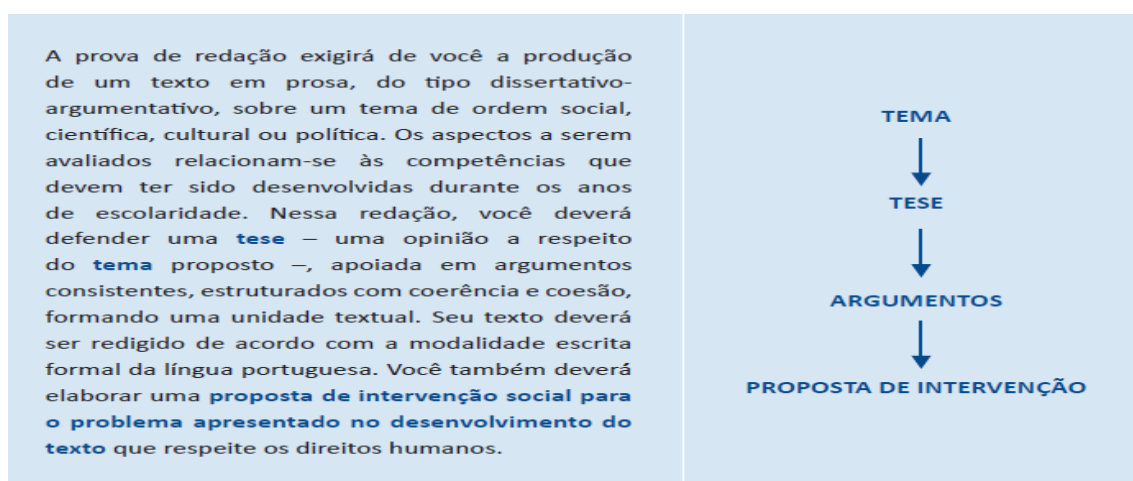
Além das notas, os estudantes têm acesso, com uma senha própria – realizada no ato da inscrição – ao texto escaneado pelo INEP acompanhado por uma vista pedagógica.

Como importante elemento de composição do Exame Nacional do Ensino Médio brasileiro, a redação é a parte da prova mais temida, pois a nota pode ser decisiva no ingresso ao curso desejado nas universidades públicas – como acontece no Sistema de Seleção Unificada – Sisu e importantes programas de governo, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Financiamento Estudantil – Fies.

Segundo o INEP, o objetivo da cartilha é propiciar a transparência metodológica da correção, bem como mostrar ao candidato o que se espera dele em cada competência. Embora o Ministério da Educação ofereça, anualmente, esse suporte ainda houve questionamentos, por parte dos estudantes, em relação ao tempo para redigir o texto e responder outras provas. Em 2018, essa reivindicação foi atendida e a prova passou a ser realizada em dois domingos subsequentes.

Quanto ao suporte oferecido pela cartilha, ela fornece muitos pontos de auxílio ao candidato. Dentre eles, a sequência didática do texto:

Figura 09: Suporte para a Redação



Fonte: Redação do Enem 2018, cartilha do Participante, p. 07.

Com a vista pedagógica, os avaliadores objetivam-se em fornecer subsídios pedagógicos quanto à atuação dos candidatos em cada uma das competências.

A seguir será apresentada uma Vista Pedagógica disponibilizada pelo Site do INEP, utilizada como exemplo de como se procede a correção de uma redação do ENEM, com foco em três, das cinco competências preestabelecidas.

Figura 10: Vista Pedagógica

21/10/2018

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Vista Pedagógica

Dados Pessoais

Número de inscrição: 151005842885
 Nome: LIDIANE LIMA SILVA
 CPF: 062.544.055-20

Prezado participante,
 Apresentamos o seu desempenho na prova de Redação do Enem.
 Nosso objetivo é fornecer subsídios pedagógicos quanto à sua atuação em cada uma das competências.
 Sua pontuação em cada competência pode variar de 0 a 200 pontos.

Competência 1

Demonstrar domínio da norma da língua escrita.
 Sua nota nessa competência foi: 180

Você atingiu 90% da pontuação prevista para a Competência 1, atendendo parcialmente aos critérios definidos a seguir. O participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita, neste nível, são aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizam reincidência.

Competência 2

Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.
 Sua nota nessa competência foi: 180

Você atingiu 90% da pontuação prevista para a Competência 2, atendendo parcialmente aos critérios definidos a seguir. O participante desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo, ou seja, em seu texto, o tema é desenvolvido de modo consistente e autoral, por meio do acesso a outras áreas do conhecimento, com progressão fluente e articulada ao projeto do texto.

Competência 3

Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
 Sua nota nessa competência foi: 140

Você atingiu 70% da pontuação prevista para a Competência 3, atendendo parcialmente aos critérios definidos a seguir. Em defesa de um ponto de vista, o texto apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, ou seja, os argumentos, embora ainda possam ser previsíveis, estão organizados e relacionados de forma consistente ao ponto de vista defendido e ao tema proposto, e há indícios de autoria.

<https://enem.inep.gov.br/participante/#acompanhamento/vistaPedagogica>

1/3

Fonte: INEP. Disponível em: <http://enem.inep.gov.br>.

Com base nas orientações da Cartilha do Participante, o candidato obtém as instruções necessárias para desenvolver um texto com progressão temática, coerente e coeso de acordo com as exigências do ENEM.

Além da cartilha, disponibilizada com antecedência pelo INEP, no dia da prova o estudante recebe uma proposta para desenvolver seu texto. Nesta proposta há uma coletânea de textos (diversos gêneros e tipologias) que fornece ao candidato dados para que ele construa um texto original, com raciocínio próprio.

A seguir apresenta-se o tema do Exame Nacional do Ensino Médio do ano de 2015 preparado pela equipe do INEP: "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira".

Sobre essa proposta, dois alunos do Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães de Guanambi Bahia redigiram sobre o tema. Nos textos, eles expunham as suas ideias de acordo com a preparação escolar de cada um e/ou o estado emocional o qual se encontravam naquele momento.

Em alusão com a arte de escrever, Clarice Lispector⁸ entoava:

Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não-palavra – a entrelinha – morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não palavra ao morder a isca, incorporou-a. o que salva então é escrever distraidamente. (LISPECTOR, 1971, 25)

Apesar da escrita do texto Aristotélico ser diferente da escrita literária exposta pela canônica escritora brasileira Clarice Lispector, a complexidade é a mesma. O uso da palavra é essencial para o convencimento, para a expressão de sentimentos, para a defesa de ideias, para posicionamentos acerca de temáticas e para inserir-se no mundo, principalmente, no contexto globalizado dos últimos anos marcado pela disseminação de informações nas redes sociais.

Dessa forma, no tema proposto no ENEM em 2015 pelo INEP, com mais de 8.478.096 (oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e noventa e seis)

⁸ Clarice Lispector (1925-1977) foi uma escritora e jornalista brasileira, de origem judia, foi reconhecida como uma das mais importantes escritoras do século XX. Fez parte do Terceiro Tempo Modernista, que com seu romance inovador e com sua linguagem altamente poética, põe em cheque os modelos narrativos tradicionais. "A Hora da Estrela" foi seu último romance, publicado em vida. (Fonte: https://www.ebiografia.com/clarice_lispector)

estudantes inscritos, segundo balanço do Ministério da Educação, apenas 104 (cento e quatro) alunos tiraram nota mil, equivalente à nota máxima no exame.

As redações analisadas dos estudantes do CMLEM não alcançaram o patamar de notas altas no ano de 2015, de acordo com os dados já mostrados na discussão desta pesquisa. A seguir se apresenta o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio de 2015 preparada pela equipe do INEP, "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil". De acordo com o tema supracitado serão feitos então os apontamentos referentes ao Texto 01.

Apontamentos do Texto I:

Figura 11: TEXTO 1⁹

Nome completo: ALINE BRITO OLIVEIRA GUIMARAES
Data de Nascimento: 05/07/1999

FOLHA DE REDAÇÃO

4988322781

1	A violência é um ato de agressão física, moral, sexual
2	e sexual. Na sociedade contemporânea, os maiores índices
3	de vítimas que sofrem esse tipo de violência ocorrem sobre o
4	público feminino.
5	É possível perceber que hoje o estupro é um dos tipos mais
6	grave de agressão contra a mulher, pois não atingem somente o
7	físico, mas também o emocional, gerando muitas vezes uma
8	consequência que a mesma terá de carregar pelo resto da vida:
9	um filho.
10	Por não aguentarem a pressão psicológica, a maioria das
11	vítimas são obrigadas a abortarem, o que além de prejudicar
12	deixar a saúde, tira a vida de uma criança que não
13	tem culpa de nada.
14	Campanhas nas redes sociais, movimentos feministas e ser-
15	viços de educação são algumas atitudes que tentam amen-
16	izar esse problema. Porém a mudança tem de vir por parte
17	do agressor, que usa como desculpa para abusar, a culpa que
18	a mulher usa, sendo que ele é livre para se retirar do fato
19	que ocorreu.
20	Tendo em vista o que foi apresentado, é necessário que o
21	governo adote medidas de intervenção mais eficazes, como in-
22	tervenientes na educação, conversando com os garotos sobre
23	o respeito ao próximo e fundar clínicas de reabilitação en-
24	de as vítimas possam ter ajuda de psicólogos e comunica-
25	ção com outras pessoas.
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
2. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
3. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
4. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Aline Brito Oliveira Guimarães

Nome: ALINE BRITO OLIVEIRA GUIMARAES

No texto I acima (Texto da Proposta de redação 2015), a estudante A. B.O.G. estrutura a sua redação com cinco parágrafos, optando por três parágrafos para desenvolver a sua argumentação.

No entanto, com uma introdução pequena, a estudante demonstra dificuldades de explicitar a "tese" a ser defendida nos parágrafos do

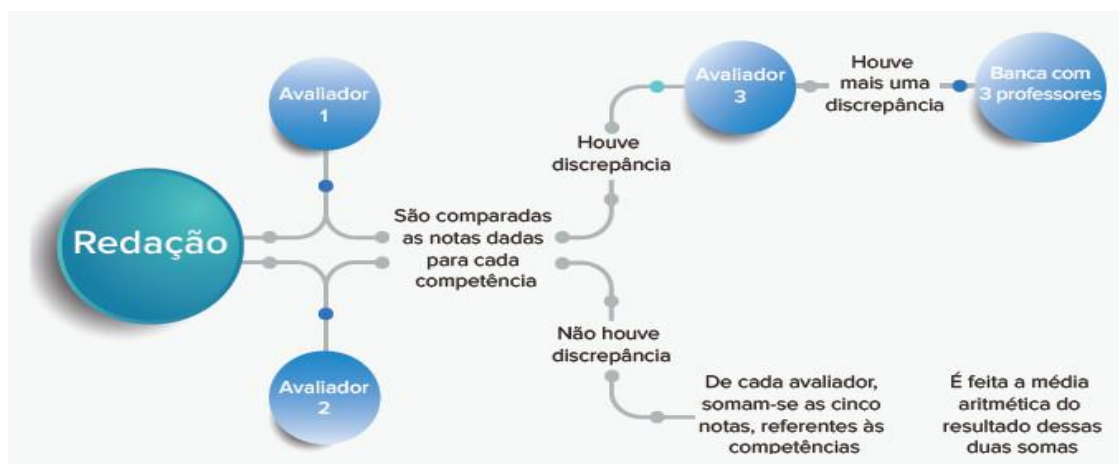
⁹ Redação retirada do sítio do Inep pela aluna e autorizada para análise e utilização nesta pesquisa – A. B. O. G., aluna do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães.

desenvolvimento. Sem uma tese norteadora, a aluna fragiliza sua conclusão prejudicando a elaboração da proposta de intervenção, marco valoroso do ponto de vista avaliativo, de acordo com a competência 5, que exige do candidato a elaboração de uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Nessa condição, o texto fragiliza em ideias caindo na armadilha do censo comum, da superficialidade e da ausência dos argumentos de autoridade. A vista pedagógica elencada pelo INEP não detalha os pormenores que compõem o texto. A análise, em função da quantidade de redações para corrigir, limita-se em apontamentos sucintos de cada competência, o que não configura em negligência no valor atribuído pelos corretores¹⁰.

A correção das redações do ENEM segue os caminhos explanados no organograma abaixo:

Figura 12: Organograma de Correções



Fonte: Google. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/criterio-correcao-das-redacoes-enem.html>.

A maioria dos estudantes do Ensino Médio do Brasil tanto de unidades escolas públicas ou privadas apresentam dificuldades em ler e escrever, ou seja,

¹⁰ Os corretores das redações do Enem são capacitados pelos consórcios aplicadores das provas. Os candidatos selecionados para a correção recebem treinamento à distância e capacitação presencial em cada capital dos estados com o regime de colaboração estados – União. São profissionais da área de Letras ou Linguística comprovados com diplomas reconhecidos pelo Ministério da Educação. É exigido dos corretores pontualidade, organização, cumprimento dos prazos, responsabilidade e afinidade com a grade de correção estabelecida de acordo com a Matriz de Referência (orientações minuciosas do INEP para a correção) da redação do Enem. (Fonte: Uol/ENEM)

não seguem os critérios exigidos dispostos no organograma acima. Nesse ínterim, a ausência das capacidades leitoras prejudica a aquisição de conhecimento em diversas áreas do saber.

Para Edgar Morin (2005), o pensamento crítico é a base para a compreensão da complexidade dos fenômenos humanos e naturais, essenciais na tomada de decisões que envolvam juízos de valor e posicionamentos éticos em questões polêmicas. Daí é imprescindível que o estudante use os seus conhecimentos adquiridos ao longo da sua formação com respeito e responsabilidade ao redigir seu texto.

Conforme Petraglia,

O currículo escolar é no mínimo fragmentado. Na maioria das vezes, peca tanto qualitativamente como quantitativamente. Não oferece, através de suas disciplinas, a visão do todo, do curso e do conhecimento uno, nem favorece a comunicação e o diálogo entre os saberes; dito de outra forma, a disciplina com seus programas e conteúdos não se integram ou complementam dificultando a perspectiva de conjunto e de globalização, que favorece a aprendizagem. (PETRAGLIA, 2001, p. 69.)

Embora haja a preparação para o enfrentamento do certame, as lacunas deixadas pelo currículo escolar vulnerabiliza a completude do conhecimento exigido no momento da avaliação. Além do conhecimento formal escolar, o conhecimento do mundo globalizado – leituras científicas sobre diversos assuntos - torna-se indispensável diante da disposição dos temas que são cobrados na prova.

Em conjunto, ao longo das edições do Exame Nacional do Ensino Médio, os temas abordaram problemas da sociedade brasileira para a reflexão do estudante.

Durante todos os anos, desde o seu surgimento, alunos, profissionais da educação, cursinhos preparatórios e mídia, de modo geral, especulam o provável tema da redação. Nessa perspectiva, é importante que o candidato conheça todas temáticas já trabalhadas no exame para direcionar os novos estudos, já que não há possibilidade de repetição.

Na proposta da redação do ENEM de 2016 foi exigido do candidato um entendimento de que o ser humano é proveniente de relações histórico-sociais e possui vínculos com a natureza e as divindades.

O texto abaixo submetido à avaliação do INEP em 2016 da estudante A.V.R.D do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, em Guanambi, atende parcialmente os requisitos exigidos para com o uso formal da língua, desenvolve o tema por meio de argumentação precária, com marcas de senso comum e pouca relação com outras áreas do conhecimento, o que poderia auxiliá-la melhor na construção das ideias. Lembrando que a divulgação do nome da candidata foi devidamente autorizado, uma vez que a folha de redação foi disponibilizada pela estudante.

Figura 13: TEXTO II Redação da aluna do CMLEM, Ensino Médio de 2016



Fonte: Sítio do INEP.

É demonstrado na sequência textual que falta conhecimento ampliado da candidata acerca da temática, pois esta limita apenas nas religiões de matrizes africanas (de fato apenas uma vertente religiosa, abordada superficialmente) contrapondo com o catolicismo difundido no Brasil no período colonial. Percebe-

se, assim, a ausência de leituras prévias sobre a temática – assunto em voga nas mídias do Brasil na época - bem como as deficiências das políticas públicas curriculares aplicadas no chão das salas de aula de Ensino Médio, neste caso, das escolas públicas da Bahia, mas que são similares em todo Brasil.

O texto analisado é comum entre a maioria dos jovens do ensino médio do Brasil. A abordagem generalizada prejudica a somatória dos pontos em cada competência. É com base nessas competências que o avaliador atribuirá uma nota à redação. A qualidade do texto será mensurada em até 1000 (mil) pontos, divididos igualmente entre os cinco itens que compõem a matriz de referência do Enem. Cada um dos itens pode ter no máximo 200(duzentos) pontos.

Texto III - Redação de Nota Máxima

Apesar de esta pesquisa tratar sobre as dificuldades encontradas por estudantes na construção do texto aristotélico, há estudantes que sentem facilidade em organizar suas ideias dentro do limite estrutural do padrão exigido.

A diferença é que deveríamos tratar da maioria, porém infelizmente deparamos com um número de dois dígitos: apenas 53 alunos alcançaram a nota mil na redação do ENEM de 2017. No ano anterior, 2016, apenas 77 alcançaram a nota máxima.

De acordo com o INEP, das 4.725.330 redações que foram corrigidas no ENEM 2017, mais de 309 mil tiveram nota zero, o que equivale a 6,54% das participações. No ano de 2017, a edição do ENEM manteve o padrão ao versar na prova de redação uma questão social que exigiu dos candidatos uma discussão de políticas públicas nacionais sobre a formação educacional de surdos no Brasil.

Porém, para a candidata Mariana Camelier Mascarenhas¹¹ redigir sobre a proposta da redação de 2017 não foi tarefa árdua, haja vista ter ficado entre os 53 (cinquenta e três) participantes que tiraram a nota máxima no ENEM.

¹¹ O nome da candidata foi divulgado nesta pesquisa por estar disponível na cartilha do estudante elaborada pelo Ministério da Educação – MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e Diretoria de Avaliação da Educação Básica – DAEB.

TEXTO DA CANDIDATA MARIANA CAMELIER MASCARENHAS

Na antiga Esparta, crianças com deficiência eram assassinadas, pois não poderiam ser guerreiras, profissão mais valorizada na época. Na contemporaneidade, tal barbárie não ocorre mais, porém há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação, devido ao preconceito ainda existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão.

Inicialmente, um entrave é a mentalidade retrógrada de parte da população, que age como se os deficientes auditivos fossem incapazes de estudar e, posteriormente, exercer uma profissão. De fato, tal atitude se relaciona ao conceito de banalidade do mal, trazido pela socióloga Hannah Arendt: quando uma atitude agressiva ocorre constantemente, as pessoas param de vê-la como errada. Um exemplo disso é a discriminação contra os surdos nas escolas e faculdades – seja por olhares maldosos ou pela falta de recursos para garantir seu aprendizado.

Nessa situação, o medo do preconceito, que pode ser praticado mesmo pelos educadores, possivelmente leva à desistência do estudo, mantendo o deficiente à margem dos seus direitos – fato que é tão grave e excludente quanto os homicídios praticados em Esparta, apenas mais dissimulado.

Outro desafio enfrentado pelos portadores de deficiência auditiva é a inobservância estatal, uma vez que o governo nem sempre cobra das instituições de ensino a existência de aulas especializadas para esse grupo – ministradas em Libras – além da avaliação do português escrito como segunda língua. De acordo com Habermas, incluir não é só trazer para perto, mas também respeitar e crescer junto com o outro. A frase do filósofo alemão mostra que, enquanto o Estado e a escola não garantirem direitos iguais na educação dos surdos – com respeito por parte dos professores e colegas – tal minoria ainda estará sofrendo práticas discriminatórias.

Destarte, para que as pessoas com deficiência na audição consigam o acesso pleno ao sistema educacional, é preciso que o Ministério da Educação, em parceria com as instituições de ensino, promova cursos de Libras para os professores, por meio de oficinas de especialização à noite – horário livre para a

maioria dos profissionais – de maneira a garantir que as escolas e universidades possam ter turmas para surdos, facilitando o acesso desse grupo ao estudo. Em adição, o Estado deve divulgar propagandas institucionais ratificando a importância do respeito aos deficientes auditivos, com postagens nas redes sociais, para que a discriminação dessa minoria seja reduzida, levando à maior inclusão.

Pela excelência do texto, o INEP disponibiliza na Cartilha do Estudante um comentário detalhado sobre o texto:

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas dois desvios: no segundo parágrafo, no trecho “que age como se os deficientes auditivos fossem incapazes de estudar e, posteriormente, exercer uma profissão”, em que a ausência da preposição “de” antes de “exercer uma profissão” causa um problema de paralelismo; e no terceiro parágrafo, em que se percebe a ausência de vírgula após a intercalação (“enquanto o Estado (...) professores e colegas”). Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a participante apresenta uma tese, o desenvolvimento de argumentos que comprovam essa tese e uma conclusão que encerra a discussão – ou seja, ela apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: já no 1º parágrafo, há referência aos surdos, especificamente, e aos desafios relacionados à formação educacional, sendo eles o preconceito e a falta de atenção por parte do Estado. Esses dois desafios são desenvolvidos no 2º e no 3º parágrafos, respectivamente. Para desenvolver as ideias selecionadas, a participante faz uso produtivo de repertório sociocultural pertinente ao tema em três momentos do texto: (i) no 1º parágrafo, ao fazer referência ao que ocorria com bebês deficientes na antiga Esparta; (ii) no 2º parágrafo, ao apresentar o conceito de banalidade do mal, da socióloga Hannah Arendt; e (iii) no 3º parágrafo, em que utiliza uma ideia de Habermas sobre inclusão. Destacamos que o uso desse repertório é produtivo porque ele contribui para a argumentação proposta pela participante. Podemos perceber, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, que se configura na organização e no desenvolvimento da redação. A participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, para defender seu ponto de vista de que os surdos enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso à educação, causadas pela discriminação e pela inobservância do Estado a essas questões. Em relação à coesão, nota-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Inicialmente”, “Outro desafio” e “Destarte”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “pois”, “porém”; 2º parágrafo: “de fato”, “disso”, “nessa situação”; 3º parágrafo: “uma vez que”, “além da”, “não só (...) mas também”; 4º parágrafo: “em adição”, “para que”; entre outros). Por fim, a participante elabora excelente proposta de intervenção: concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos. As ações interventivas apresentadas no texto trazem, como principal agente, o governo, o que retoma a ideia

de que há uma falta de atenção a essa problemática por parte do Estado. Além disso, a proposta está atrelada aos desafios apresentados, uma vez que propõe ações que facilitem o acesso à educação e reduzam a discriminação dos surdos. (REDAÇÃO NO ENEM 2018 CARTILHA DO PARTICIPANTE)

Sendo assim, a cartilha do participante se constitui uma importante ferramenta tanto para os estudantes, quando para profissionais que trabalham na área. Refletindo positivamente nos resultados dos exames e no desenvolvimento como um todo dos alunos.

4.2 Os reflexos das dificuldades dos estudantes do ensino médio no IDEB

Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), revelam que o ensino médio continua apresentando o pior desempenho da educação básica brasileira.

Segundo o IDEB¹², nenhuma das 27 (vinte e sete) unidades federativas do Brasil – 26 estados e o Distrito Federal) cumpriu as metas estabelecidas para o ensino médio em 2017.

Segundo o site de notícias Uol Educação, o IDEB do ensino médio geral do Brasil foi de 3,8, abaixo da meta, fixada em 4,7. O IDEB do ensino médio dos últimos três estudos (2011, 2013 e 2015) havia estacionado em 3,7. Para 2019, a meta é de 5,0; e para 2021, de 5,2.

Ao se pronunciar em rede nacional em uma entrevista coletiva, após o resultado dos números, o então Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva,

¹²IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo IDEB são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. Em cinco estados – Amazonas, Roraima, Amapá, Bahia e Rio de Janeiro) o IDEB 2017 foi ainda pior, ficando abaixo do índice da pesquisa anterior, em 2015. (FONTE: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em 8/12/2018.)

afirmou que “não só não estamos cumprindo a meta do IDEB, como estamos nos afastando dela. [...] A chance de cumprirmos as metas estabelecidas hoje é nula no ensino médio. Neste ritmo, neste formato, não cumprimos as metas para 2021. Me atrevo a dizer que, se continuar assim, não cumprimos por décadas.” A figura 15 abaixo revela o IDEB do ensino médio no Brasil entre 2005 e 2017.

Figura 14: Evolução do IDEB do Ensino Médio (2005-2017)

Evolução do Ideb do ensino médio (2005-2017)

Incluindo todas as redes de ensino (pública e privada)

ANO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8

Fonte: Inep/Ministério da Educação

A aferição¹³ do IDEB do ensino médio em 2017 revela o quanto de trabalho a educação brasileira precisa avançar para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos.

Segundo o estudo¹⁴ realizado por pesquisadores do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, apesar de, nas duas últimas décadas, os indicadores tanto de acesso quanto de permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos na escola terem melhorado, universalizar o ensino médio com qualidade permanece, ainda hoje, um dos principais desafios no campo das políticas educacionais. (VOLPI et al, 2014)

De acordo com o estudo, não importa o lugar que os adolescentes moram, a relação com a escola é de similaridade.

¹³ Etapa adequada para a faixa etária de 15 a 17 anos, que se tornou obrigatória a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 2009. Os adolescentes de 15 a 17 anos são, hoje, o grupo mais atingido pela exclusão: mais de 1,7 milhão deles estão fora da escola. (VOLPI et al, 2014)

¹⁴ A pesquisa faz parte de um estudo internacional realizado pelo UNICEF em 24 países. No Brasil e em outros três países (Indonésia, México e Turquia), incluiu, além do levantamento quantitativo, utilizando bases de dados locais, a realização de grupos focais e entrevistas em profundidade. (VOLPI et al, 2014)

O nexos desses jovens com o seu contexto socioeconômico, trabalho precoce, gravidez, violência, drogas, ultrapassa as fronteiras dos estados brasileiros tornando uma situação comum entre esse grupo etário.

Percebo também que os fatores internos das escolas de ensino médio do Brasil interferem diretamente no sucesso e/ou fracasso escolar dos estudantes.

Dentre as questões relacionadas ao espaço escolar, estão a desmotivação e condição de trabalho dos professores, falta de compromisso com o exercício da profissão – deveres estabelecidos nos seus planos de carreira que não são colocados em prática; falta de diálogo, violência no cotidiano escolar, infraestrutura precária, gestão escolar ineficiente e Projetos Políticos Pedagógicos – PPPs, que não contemplam a realidade dos discentes.

4.3 Os atores sociais do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães – Contexto Socioeconômico dos estudantes

Muitos jovens que lidam com a dificuldade de expressar ideias e organizá-las dentro de uma estrutura textual ao entrar em contato com uma folha de papel em branco passam pelo processo da transculturalidade¹⁵ – neste caso, transição da cultura oral para a cultura escrita.

Infelizmente, a maioria dos nossos jovens do ensino médio nas escolas públicas estaduais, como exemplo, o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM) não convive com ambientes da cultura letrada. Desde tempos remotos, a literatura é imprescindível para a aquisição da língua escrita.

Atualmente, o maior desafio dos educadores é criar um grande público leitor. Para Antunes (2009, p. 193), é “a leitura que nos enaltece como cidadãos. Por meio dela assumimos os diferentes papéis na construção de uma sociedade que respeite a lógica do bem coletivo e dos valores humanos. ”

É válido registrar também que até os nossos docentes não possuem o hábito da leitura. A livrofobia¹⁶ no Brasil não se justifica pela ausência do objeto

¹⁵ De acordo com Marilda Cavalcanti e Stella Bor. Ricardo, autoras do livro *Transculturalidade, Linguagem e Educação* da editora Mercado de Letras 158N 978-85-7591- OE41, o termo transculturalidade é apropriado para desnaturalizar as questões de hegemonia cultural.

¹⁶ Termo utilizado por pesquisadores em leituras na atualidade para fazer referência ao “medo” do livro, ou simplesmente, ao ato de não ler; não se interessar por leitura.

em si, pois o Plano Nacional do Livro e da Leitura¹⁷ enviou às escolas um acervo considerável. Ademais, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, também oferece livros às instituições escolares através dos Programas Livro – PLi¹⁸.

Embora haja esta oferta, personificando a situação de abandono, amargam a solidão nas caixas e prateleiras das salas de leitura e bibliotecas das escolas.

Com o atrativo da rede mundial de computadores, a internet também facilita o acesso à leitura nas variadas plataformas digitais. Através de arquivos em *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento) – PDF -, o jovem pode adquirir em poucos minutos obras completas de escritores canônicos da literatura nacional e mundial.

O contraponto dessa geração de jovens dependentes dos celulares é a qualidade das leituras imediatistas que acessam diariamente. Essas fontes de leituras não oferecem, de fato, o que os jovens precisam para produzir um texto, como o exigido no Exame Nacional do Ensino Médio.

De acordo com Antunes (2009, p.199), “os não leitores ficam excluídos da possibilidade de participar dos grupos que organizam em torno da comunicação escrita”.

De acordo com o Instituto Pró Livro, a 4ª edição dos Retratos da Leitura no Brasil, em 2016 houve um aumento significativo de leitura na população escolarizada. No entanto, essa leitura de caracteriza como obrigatória em função da “atualização cultural ou conhecimento geral”. A leitura prazerosa como fonte legítima de ideias ainda não corresponde um percentual satisfatório. O Instituto Pró – Livro possui como principal objetivo o fomento à leitura e a difusão e acesso ao livro.

¹⁷ O Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL – foi instituído por meio da Portaria Interministerial Nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, pelos ministros da Cultura e da Educação. E, em 1º de setembro de 2011, foi instituído por meio do decreto Nº 7.559, firmado pela ex-presidente Dilma Rousseff.

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apre-sentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade lei-tora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável.

¹⁸ Os programas do livro do FNDE, além de promoverem a conquista da cidadania pelos beneficiários, os programas do livro possibilitam que todos os envolvidos participem, escolham e decidam nas plataformas de acesso pelos gestores escolares.

É a leitura prazerosa a fonte legítima de ideias. Desta forma Vygostsky (1991), salienta que a leitura, como brinquedo é um alimento para a imaginação, porque igualmente dá prazer.

Para Goés (2010), o desenvolvimento da leitura (...) resultará em um enriquecimento progressivo no campo dos valores morais, da cultura, da linguagem e no campo racional.

Essa é a consciência ausente nos espaços de vivências desses jovens do século XXI. Além disso, não só a escola é constituída como espaço educativo, todos os outros frequentados por esses jovens influenciam na construção de saberes e na constituição da própria identidade.

Dessa maneira, evidencia-se a relevância do acesso à leitura de qualidade, pois ainda sobre Goés (2010, p.47), “o hábito da leitura ajudará na formação de opinião e de um espírito crítico, principalmente a leitura de livros que formam o espírito crítico enquanto a repetição de estereótipo empobrece”.

De acordo com o Ministério da Educação – MEC muitos jovens quando chegarem ao Ensino Médio enfrentam diversos problemas que vão desde a falta de acompanhamento escolar pelos pais e familiares até a inserção de um maior número de disciplinas no currículo escolar.

O MEC acrescenta ainda a importância da participação constante dos pais ou responsáveis na formação intelectual do discente, na valorização do avanço social do jovem tanto no que se refere à continuidade dos estudos como na compreensão e participação do espaço em que convive. É preciso conhecer o sujeito em suas dimensões quanto ser humano.

Certeau, (1995), salienta que,

No passado, a escola era o canal da centralização. Hoje, a informação unitária vem pelo canal múltiplo da televisão, da publicidade, do comércio, dos cartazes etc. E a escola pode formar um núcleo crítico onde os professores e os alunos elaboram uma prática própria dessa informação vinda de outros lugares. (Certeau, 1995, p.138)

A escola, sendo canal de centralização, não funciona sozinha sem a participação dos responsáveis pelos alunos, uma vez que estes já levam para as instituições escolas os seus conhecimentos prévios e valores culturais adquiridos nos grupos sociais aos quais pertencem.

Para Bourdieu (1983),

É a sua posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles, em todo tempo e lugar, sob a forma de habitus. Os indivíduos "vestem" os habitus como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição social e, portanto, da distância social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjuntamente aproximadas e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para "guardar suas distâncias" ou para manipulá-las estrategicamente, simbólica ou realmente reduzi-las, aumentá-las ou simplesmente mantê-las. (BOURDIEU, 1983, p. 75)

Ao conhecer as dimensões do ser humano, a escola recebe os diversos comportamentos dos sujeitos que a compõe. Esses sujeitos se posicionam de acordo com o capital acumulado, seja ele social cultural ou econômico. Embora esse capital distinga-se de pessoa para pessoa, a maioria deles se convergem no espaço de convívio pela juventude do século XXI. (BOURDIEU, 1983)

Para Bourdieu (1983), a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra. Na escola os estudantes são julgados conforme os valores e conhecimentos que trazem de casa refletindo as vivências de suas famílias no espaço acadêmico. Os alunos socioeconomicamente menos favorecidos acabam encarando a trajetória dos bem-sucedidos como resultante de um esforço reparado.

Com a aplicação do questionário aos alunos do CMLEM dados importantes foram colhidos e sintetizados na tabela a seguir. É relevante dizer que os alunos participantes da pesquisa tinham entre 16 e 19 anos.

Levando em consideração os dados dispostos nos Gráficos 01 (página 69), e das tabelas 02 (página 70) e tabela 03 abaixo torna-se importante ressaltar que as condições socioeconômicas dos alunos matriculados no CMLEM se assemelham. Pela tabela 03 abaixo se percebe que a maioria cursou seu ensino fundamental em escola particular e somente no ensino médio ingressaram em escola pública.

A partir da tabela 03 também se pode ver que apenas dois dos alunos participantes da presente pesquisa desenvolvem algum tipo de atividade remunerada, ou seja, aos demais se relega a tarefa de estudar. Esse fato se faz

relevante, pois, de todos os estudantes que responderam ao questionário nenhum disse ter repetido o ano letivo, seja no Ensino Fundamental ou Médio.

Tabela 03: Alunos do CMLEM e seu percurso estudantil

Exerce atividade remunerada	Onde cursou Ensino Fundamental	Onde cursou Ensino Médio
Não	Escola Particular	Escola pública
Não	Escola Particular	Escola pública
Eventualmente	Escola Pública	Escola pública
Não	Escola Pública	Escola pública
Não	Escola Particular	Escola pública
Apenas 20 horas	Escola Pública	Escola pública
Não	Escola pública	Escola pública
Não	Escola Particular	Escola pública
Não	Escola Particular	Escola pública
Não	Escola Particular	Escola pública

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

O fato constatado nos números desta pesquisa (fonte Inep) e dados do questionário é que, os alunos do Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães (CMLEM), compondo as diversas esferas socioeconômicas da cidade de Guanambi não apresentaram distinção de notas no ENEM de acordo com posição social. Esses dados nos levam a crer que as notas altas ou baixas da redação do Exame Nacional do Ensino Médio no CMLEM independem da situação socioeconômica dos sujeitos.

Apesar de se concluir com a pesquisa que as questões socioeconômicas dos alunos do Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães (CMLEM) não interferem em seu desempenho, esse não é o caso de muitas outras escolas brasileiras.

Para mudar essa realidade as escolas precisam encontrar caminhos que levem a realização de todos os alunos que compõem o seu quadro. Devem ser programadas ações, mudanças de currículo e projetos que possam alcançar igualmente todos os estudantes.

Logo, a partir de todas as constatações acima dispostas é cabível inferir que existem nas escolas maneiras de tornar o processo de ensino aprendizagem mais significativo. Tornando assim os estudantes sujeitos ativos e capazes de

demonstrar pensamento crítico e reflexivo, especialmente quando se trata da escrita de textos Aristotélicos.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa objetivou analisar as dificuldades encontradas por estudantes do Ensino Médio na produção escrita da redação dissertativa exigida no Exame Nacional do Ensino Médio, com ênfase na cidade de Guanambi-Bahia, em particular dos resultados obtidos no ENEM pelos alunos do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, instituição pública da rede estadual de ensino.

Este trabalho partiu do decrescente resultado, a nível nacional, das notas das redações das últimas edições do ENEM no Brasil realizadas por milhões de estudantes de todas as redes de ensino. Essa estatística chamou a atenção diante da facilidade atual de adquirir conhecimento/informação.

No fervor da globalização, da informação por meio dos smartphones, tablets e outros aparelhos conectados à rede mundial de computadores, marco da Era Técnica-Científica-Informacional, estudantes do Ensino Médio, em sua maioria, não conseguem organizar um texto Aristotélico com uma defesa de tese bem argumentada e com a proposta de intervenção clara e aplicável.

O ENEM é um exame de relevância para o ingresso dos estudantes ao nível superior e a redação é a parte da prova com maior pontuação. Dessa forma, o texto procura avaliar o candidato de acordo com as competências estabelecidas pelo certame. São exatamente nos cinco direcionamentos dessas competências os motivos pelos quais os candidatos, em sua maioria, perdem sua pontuação pelas dificuldades em organizar as ideias em uma unidade temática clara, coerente e coesa para que consigam passar uma mensagem à banca examinadora.

A arte da Retórica originou-se na Grécia Antiga e ganha notoriedade com a obra de Aristóteles. É ela que potencializa a persuasão, o convencimento argumentativo tão valioso na redação do ENEM. Os instrumentos desta arte devem ser baseados em fatos comparáveis, científicos e não no senso comum – o que mais configura como erro dos estudantes atuais.

O contexto no qual os alunos brasileiros estão inseridos – neste caso, da rede pública de ensino, em especial nesta, pesquisa os alunos do CMLEM trazem-nos direcionamentos para algumas explicações dessa problemática. A

primeira delas é o currículo trabalhado nas escolas que distancia do que é abordado na prova do ENEM.

Embora os temas das redações estejam sempre voltados para problemas sociais debatidos na mídia, os estudantes precisam relacionar o conteúdo com outras áreas do conhecimento, interdisciplinarmente. Para tanto, é necessário que tenham adquirido essa formação na escola, o que na prática não ocorre. Em 2017 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da etapa do Ensino Médio na Bahia foi um dos piores do Brasil.

A ausência de políticas públicas eficientes para diminuir a evasão escolar e tornar o Ensino Médio atrativo tem levado a esses resultados desastrosos - ou medianos – explicitados nos textos dos estudantes. Os estudantes precisam ampliar seu repertório de conhecimento, capacitar-se, porém, para isso é necessário que a escola cative seu aluno para atingir esse objetivo. O discente precisa sentir acolhido, amparado pela comunidade escolar, principalmente os jovens que já enfrentam dificuldades em casa.

A escola deve repensar seu espaço para esse jovem do século XXI, que acha a informação fácil no seu celular, mas que não seleciona o que será útil à sua vida acadêmica e social. Além do currículo em si, a matriz curricular do Ensino Médio brasileiro precisa abrir mais espaço para a produção textual, seja através do texto Aristotélico, relatórios, relatos, sínteses e demais modalidades da escrita para o exercício da organização das ideias. Escrever uma redação por semana/quinzena ou mês não prepara os candidatos para o texto dissertativo Aristotélico.

A inquietação maior desta pesquisa é que não só os jovens das escolas públicas como também os da rede privada apresentam dificuldades na escrita. Isso foi demonstrado nas notas dos últimos quatro anos, em 2014 somente duzentos e cinquenta alunos obtiveram os mil pontos – nota máxima atribuída; em 2015 somente cento e quatro alunos; em 2016 apenas setenta e sete alunos tiraram nota mil e em 2017, unicamente cinquenta e três alunos entre milhões de estudantes em cada ano.

Diante disso, percebemos também que essa geração da sociedade líquida, como afirmava Zygmunt Bauman, são superficiais em leitura e por isso não compreendem livros clássicos baseando apenas em leituras rasas da rede mundial de computadores para montagem do seu texto.

Diante das notas baixas dos exames externos do governo federal para com o Ensino Médio, são aguardados novos resultados após a homologação da Base Nacional do Ensino Médio.

A BNCC é prelúdio de mudanças e compõe o novo marco legal da educação brasileira para a garantia do direito à aprendizagem. Esperava-se que a partir de 2019, com a sua implantação bem como a aplicabilidade das dez competências tenhamos resultados mais otimistas nas avaliações brasileiras.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INEP, relativos as notas dos alunos do CMLEM no ENEM e diante das informações dispostas nos questionários aplicados é relevante inferir que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes ao escrever um texto Aristotélico abrangem muito mais espaços do que apenas uma sala de aula tendo em vista a era tecnológica em que se vive.

Conforme as premissas iniciais deste trabalho foi possível traçar em seu desenvolvimento um perfil histórico sobre os textos dissertativo-argumentativos e o ENEM. Para isso, foi realizada a conceituação de pontos principais necessários para a escrita de uma boa redação, embasados pelas competências propostas pelo INEP e dessa maneira sendo analisados os desníveis referentes às notas dos participantes do exame, de acordo com cada habilidade apresentada.

Essa análise se fez de suma importância, pois, possibilitou elencar as dificuldades encontradas pelos alunos da rede estadual de ensino, em especial os alunos do CMLEM quanto à escrita de seus textos. Ademais, depois de feitas breves indagações sobre as condições socioeconômicas dos estudantes, percebeu-se que a interferência desta não repercute significativamente no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, especificamente neste caso.

Assim, a partir da realização deste trabalho, foi possível abrir questionamentos sobre o ensino e a escrita em nosso sistema educacional, onde se produz a relação docente/discente permeada pelas diferentes condições de produção que cada estudante e instituição possuem. Ademais, o processo de escolarização dos sujeitos em todos os recantos de nosso país precisa ser (re)pensado, tendo em vista principalmente as avaliações unificadas como o ENEM.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988.

_____. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

BARBOSA, S. A. M. et al. **Redação: escrever é desvendar o mundo**. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Os três estados do capital cultural. In: M.A. NOGUEIRA; A. CATANI (org.). **Escritos de educação**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b. pp. 145-183.

BRIGGS, A. BURKE, P. **Uma História Social da Mídia: De Gutemberg a Internet**. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. 2ª edição revista e ampliada. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://introducaocomunicacao.files.wordpress.com/2012/11/historiasocialdamidia.pdf>. Acesso em: 02 de março de 2019.

BRASIL, Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996)**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 de maio de 2018.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A redação no ENEM 2013: guia do participante. Brasília: INEP, MEC, 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf.> Acesso em 26 de maio de 2018.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Censo Escolar/INEP 2017**. Disponível em : <http://www.qedu.org.br/escola/125645-ee-colegio-modelo-luis-eduardo-magalhaes/sobre>.> Acesso em 05 de julho de 2018.

_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação. (2013a) **Documento Referência Elaborado pelo Fórum Nacional de Educação**. Brasília: CONAE/MEC.

_____. Ministério da Educação. **PCN+ Ensino Médio**. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12598%3Apubli%20cacoes&Itemid=859>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental** – Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRYMAN, A. **Research Methods and Organization Studies**. Great Britain: Routledge, 1989, p. 283.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Lingüística**. 10. ed., São Paulo: Scipione, 2000.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Ática, 2002. 232 p. (Coleção Múltiplas Escritas; v. 1).

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COSTA VAL, M.G. 2006. **Redação e textualidade**. 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 136 p.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, L. C. **Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino**. Educação & Sociedade. Campinas, v. 28, n. 100, p.965-987, Out., 2007.

GADIN, D. **Aposição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade**. Currículo sem fronteira, v.1 p. 83, jan.-jun. 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓES, L.P. **Introdução à literatura para crianças e jovens**. São Paulo: Paulinas, 2010.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUERRA, M. A. S. **Os desafios da participação: desenvolver a democracia na escola**. Porto, Portugal: Porto, 2002.

HOFFMANN J. M. L. **Avaliação Mediadora: Uma Relação Dialógica na Construção do Conhecimento**. Série ideias n. 22, p, 51-59. São Paulo: FDE, 1994.

_____. **Pontos e Contrapontos – do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 140.

_____. **Avaliação: Mito e Desafio. Uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação 2000.

_____. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola a universidade**. Porto Alegre: Mediação 2003.

_____. **Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista**. 43. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HYMANN, H. **Planejamento e análise da pesquisa: princípios, casos e processos**. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LEAL, A. F. C. **A Formulação da proposta de redação do ENEM: a projeção imaginária do sujeito-escriptor ideal**. Cáceres/MT: UNEMAT, 2015.

LEMES, N. **O texto dissertativo-argumentativo no livro didático: o discurso jornalístico silenciando a argumentação**. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos.

LIRA, G. LIMA, M. A. M. e MARINELLI, M. Estudo epistemológico dos modelos de Avaliação Educacional: por uma tipologia epistemológico-histórica em Gaston Bachelard. LIMA, Marcos A. M. e MARINELLI, Marcos (orgs.) **Epistemologias e metodologias para a Avaliação Educacional: múltiplas visões e abordagens**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

LUCKESI C. C. **Verificação ou avaliação: o que pratica a escola?** Série Idéias n. 8, São Paulo: FDE, 1998. p. 71-80.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCUSCHI, L.A. 2002. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: A.P. DIONISIO; M.A. BEZERRA (orgs.), **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro, Lucerna, p. 19-36.

MARQUESI, S.C. 2011. **Escrita e reescrita de textos no ensino médio**. In: V.M. ELIAS (eds.), **Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. São Paulo, Contexto, p. 135-143.

MENEZES, W. A. **Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil - 1994 e 1998**. 2004. 484f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MCCOY, M. **Platão e a retórica de filósofos e sofistas**. (tradução Livia Oushiro) – São Paulo: Madras, 2010.

MORIN, E. **A cabeça bem feita. Repensar a reforma; reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PÉCORA, A. **Problemas de redação**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PEREIRA, R. S. **Programa de Neurociência - Intervenção em Leitura e Escrita**. 1ª ed. Viseu: Psicosoma, 2011.

PERELMAN, C. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PETRAGLIA, I. C. **A Educação e a Complexidade do Ser e do Saber**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PINSONNEAULT, A. & KRAEMER, K.L. **Survey research in management information systems: na assesment**. *Journal of Management Information System*, 1993.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCCO, M.T.F. **Crise na linguagem: a redação no vestibular**. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. 1ª ed., São Paulo, Parábola Editorial, 128 p. 2009.

ROSTOVTZEFF, M. **História da Grécia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
SABIA, C. P. P. **Avaliação da Educação: o processo de responsabilização da Escola**. In: Congresso Internacional de Educação de Pontagrossa, III CIEPG, 2011, Ponta Grossa. Disponível em: <www.isapg.com.br/2011/ciepg/download>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

SARTRE, J.P. **O que é a literatura?** 3. ed. Editora Ática, São Paulo, SP, 2004.

SILVA, S.R.; LIMA, K.L.L. 2014. **Leitura e interpretação de textos escritos no ensino médio: algumas habilidades e competências de leitura do ENEM em material didático do sistema positivo de ensino**. In: A.S.M. APARÍCIO; S.R. da SILVA (eds.), *Gêneros textuais e perspectivas de ensino*. Campinas, Pontes Editores, p. 49-74.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 128 p.

STIRN, F. **Compreender Aristóteles**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2006.

VOLPI, M.; SILVA, M, S.; RIBEIRO, J. **10 desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos** / [coordenação Mário Volpi, Maria de Saete Silva e Júlia Ribeiro]. – 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2014.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

YOUNG, Michael, F. D. **Bringing knowledge back in: from social constructivism to social realism in the sociology of education**. London: Routledge, 2007.

ZANINI, Simone Magalhães Wolff. Apud. PPP- CMLEM. **O papel do projeto político-pedagógico na gestão democrática da escola**. In: Revista Gestão em Rede, Santa Maria, CONSED, nº. 88. p. 13-21, set. 2008.

ZILBERMAN, R. **Leitura: História e Sociedade**. São Paulo: FDE, 1988. 13-17 p.
(Série Idéias; n. 5). Disponível em: <
<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/leil.php?i=001>> Acesso em: 02 de junho de 2018.

ANEXO I**FACULDADE INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FICS****Mestrado em Ciências da Educação****PROJETO DE PESQUISA**

Prezado (a) estudante,

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) em uma pesquisa de campo do Curso de Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais-FICS, intitulado: A REDAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR ESTUDANTES NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO ARISTOTÉLICO.

É importante dizer que com a realização dessa pesquisa, dados pessoais ou qualquer que seja a identificação dos participantes não serão divulgados. Caso aceite participar, você responderá a um questionário, e sobre este serão publicadas apenas informações pertinentes à temática estudada.

Meus agradecimentos por sua colaboração.

Edésia Aparecida Lisboa de Araújo

Pesquisadora Responsável

FACULDADE INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FICS**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO****PROJETO DE PESQUISA****QUESTIONÁRIO AO ESTUDANTE**

Sexo: () F () M

Data de Nasc: ____/____/____

1 - Você exerce alguma atividade remunerada?

- () Não
- () Sim, em tempo parcial (até vinte horas semanais)
- () Sim, em tempo integral (mais de trinta horas semanais)
- () Sim, mas se trata de trabalho eventual.

2. Como você realizou seus estudos de Ensino Fundamental ou equivalente?

- () Escola pública municipal
- () Escola pública estadual
- () Escola particular
- () Parte em escola pública e parte em escola particular
- () Supletivo ou Telecurso

Outra situação

3. Como você realizou seus estudos de Ensino Médio ou equivalente?

Escola pública municipal

Escola pública estadual

Escola pública federal

Escola particular

Parte em escola pública e parte em escola particular

Supletivo ou Telecurso

Ainda não concluí o Ensino Médio

4. Você se considera:

Branco(a)

Negro(a)

Indígena

Pardo(a), Mulato(a)

Amarelo(a) de origem asiática

Outra situação

5. Você tem hábito de ler jornais ou revistas?

Diariamente

Semanalmente

Ocasionalmente

Não

6. Excetuando os livros escolares, quantos livros você lê por ano?

Nenhum

01 a 02 livros

03 a 05 livros

Mais de 05 livros

7. Com qual das atividades citadas abaixo você ocupa mais tempo?

Televisão

Teatro

Cinema

Música

Dança

Artesanato

Leitura

Internet

Nenhuma dessas atividades

8. Qual é o meio que você mais utiliza para se manter informado sobre os acontecimentos atuais?

Jornal escrito

Jornal falado (TV)

Jornal falado (Rádio)

- Revistas
- Através de pessoas
- Internet
- Nenhum desses

09. Qual a sua procedência?

- Zona Rural
- Zona Urbana

10. Se você repetiu alguma série do Ensino Fundamental, informe o número de vezes

- 01 vez
- 02 vezes
- 03 vezes
- Mais de 03 vezes
- Nenhuma vez

11. Se você repetiu alguma série do Ensino Médio, informe o número de vezes:

- 01 vez
- 02 vezes
- 03 vezes
- Mais de 03 vezes
- Apenas concluí o ensino fundamental

Nenhuma vez

12. Ao cursar o Ensino Médio quantas vezes por semana tinha aulas de Redação?

01 aula

02 aulas

03 aulas

Mais de 03 aulas

Nenhuma aula

ANEXO II



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO – NTE 13
COLÉGIO MODELO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
AV. BARÃO DO RIO BRANCO, S/Nº - BAIRRO SÃO FRANCISCO
GUANAMBI – BAHIA - TEL: (77) 3451 - 5646
CÓDIGO: 76438 AUTORIZAÇÃO N.º 006/02/30, D.O. 29/07/02.
E-mail – cmlem.guanambi@educacao.ba.gov.br

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, ROSELI DE CARVALHO MAGALHÃES ROCHA, diretora, RG N° 11160152-50, CPF N° 821.816.835-49, AUTORIZO Edésia Aparecida Lisboa de Araújo RG 11130673 65, CPF 001396085 75, discente do Curso de Mestrado em Ciências da Educação – para a realização do Projeto de Pesquisa A REDAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR ESTUDANTES NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO ARISTOTÉLICO, que tem por objetivo primário analisar as causas da baixa pontuação nas competências do texto aristotélico realizado por estudantes do Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães, em Guanambi na Bahia, nos anos de 2014 a 2017.

A pesquisada acima qualificada se compromete a:

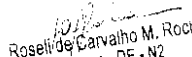
- 1- Iniciar a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
- 2- Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garante que não utilizará as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N° 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Guanambi/Bahia, 28 de junho de 2018.

Roseli de Carvalho Magalhães Rocha

Diretora

Cadastro: 11451073-3


Roseli de Carvalho M. Rocha
Diretora - DE - N2
Port. 436/2016 D.O. 27/01/2016
Aut. 13.018/2016